



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PROACAD  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO STRICTO  
SENSU**

**MORGANA EMNY SILVA ROCHA**

**O PAPEL DA LITERATURA NA RECONSTRUÇÃO DE SI E NA RESISTÊNCIA ÀS  
ADVERSIDADES SEGUNDO A OBRA DE MICHÈLE PETIT**

**SOBRAL – CE  
2024**

**MORGANA EMNY SILVA ROCHA**

**O PAPEL DA LITERATURA NA RECONSTRUÇÃO DE SI E NA RESISTÊNCIA ÀS  
ADVERSIDADES SEGUNDO A OBRA DE MICHÈLE PETIT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Mestrado em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Gladir da Silva Cabral

**SOBRAL – CE**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R672p Rocha, Morgana Emny Silva.

O papel da literatura na reconstrução de si e na resistência às adversidades segundo a obra de Michèle Petit / Morgana Emny Silva Rocha. - 2024. 72 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2024.

Orientação: Gladir da Silva Cabral.

1. Petit, Michèle - História e crítica. 2. Livros e leitura - Aspectos psicológicos. 3. Formação humana. 4. Identidade (Psicologia) na literatura. 5. Literatura e sociedade. I. Título.

CDD. 22. ed. 028.8

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**MORGANA EMNY SILVA ROCHA**

**O PAPEL DA LITERATURA NA RECONSTRUÇÃO DE SI E NA RESISTÊNCIA ÀS  
ADVERSIDADES SEGUNDO A OBRA DE MICHÈLE PETIT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Mestrado em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientador: Dr. Gladir da Silva Cabral

Defesa em 23 de agosto de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral (Orientador)  
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

---

Prof. Dr. Celdon Fritzen  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof. Dr. Leandro De Bona Dias  
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

## DEDICATÓRIA

À minha filha, o único e verdadeiro amor da minha vida. Ela foi minha motivação diária, a luz que iluminou e impulsionou todas as minhas conquistas.

## AGRADECIMENTOS

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois, o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar” (Josué 1:9).

Minha eterna gratidão a Deus, que me encheu de força e coragem para enfrentar os obstáculos e adversidades encontradas no caminho, que nas noites cansativas e longas me fez acreditar que eu seria capaz, que enxugou as minhas lágrimas nos momentos de angústia e ansiedade. Sem a fé e a esperança que tudo posso Naquele que me fortalece, eu nunca teria conseguido.

Meus agradecimentos eternos aos meus pais, Moisés e Vanda, por acreditarem, apoiarem e patrocinarem meu sonho de me tornar Mestre em Educação. Um sonho que por muitas vezes foi adiado, diante dos compromissos profissionais, por conta das responsabilidades advindas da maternidade e por tantas outras obrigações a serem cumpridas. O meu mais honroso muito obrigada.

A minha filha Victoria Rocha, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo carinho, pelo cuidado, pelo incentivo, pela força, por me impulsionar e fazer acreditar que tudo seria possível, te agradeço.

Aos meus irmãos, Michelly e Moisés Júnior, por sempre acreditarem em mim, mais do que eu mesma, muito obrigada.

Ao meu cunhado Roberto Moraes, mais que um cunhado, um irmão.

As minhas sobrinhas, Isabella e Jullia, vocês foram a força e o brilho necessário, quando as dificuldades vieram forte.

A um amigo especial, que se tornou um irmão querido Ronaldo Melo.

A todos os meus prediletíssimos Professores, que sempre me incentivaram a leitura e as maravilhas que ela pode nos oferecer.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral, por compartilhar sua sabedoria comigo, por me inspirar, agradeço por tamanho zelo, generosidade, dedicação e por me permitir enxergar o que eu jamais conseguiria sozinha.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da UNESC e a todos os membros da Diretoria, por me acolherem e me auxiliarem quando necessário.

Ao Centro Universitário INTA – UNINTA, aos gestores, diretores e

coordenadores, por acreditarem no trabalho e me incentivarem, minha eterna gratidão.

Aos colegas de profissão e aos muitos amigos que fiz no decorrer desse curso de Mestrado.

Á todos vocês meu muito obrigada.

“O estudo foi para mim o remédio soberano contra os desgostos da vida, não havendo nenhum desgosto de que uma hora de leitura me não tenha consolado...” Barão de Montesquieu (Cartas Persas, 1721)

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar o papel da literatura na reconstrução da identidade do indivíduo e na resistência às adversidades, utilizando como referência a obra da antropóloga francesa Michèle Petit. A autora explora em seu trabalho a relação entre a leitura e a superação de crises, destacando a importância da leitura na construção de sentido em situações difíceis. A pesquisa configura-se como de abordagem teórica, qualitativa e bibliográfica, com base na análise da obra de Michèle Petit, assim como em artigos científicos, dissertações acadêmicas, teses e outros materiais relacionados ao tema, que serviram de apoio para um melhor aprofundamento. A pesquisa bibliográfica permitiu explorar os principais conceitos presentes na obra de Petit, bem como estabelecer contrapontos e análises críticas com outros autores que abordam a temática da leitura literária e também com o campo da educação. A pesquisa realizada abriga-se na linha de pesquisa em Educação, Linguagem e Memória do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), sob orientação do Professor Dr. Gladir da Silva Cabral. A principal referência do estudo será a obra de Michèle Petit, intitulada *A arte de ler ou como resistir à adversidade*, mas as obras de outros autores como Antonio Candido, Tzvetan Todorov, Paulo Freire e Demerval Saviani também serão exploradas. A pesquisa busca compreender os sentidos atribuídos à prática da leitura literária por leitores em contexto de adversidade. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) investigar a relação entre educação, literatura e formação humana; 2) compreender a literatura como um direito humano a partir da leitura de Antonio Candido; 3) estudar a obra de Michele Petit para compreender sua visão sobre a leitura; 4) analisar as sociabilidades permitidas pela leitura, inclusive como projeto pedagógico. A literatura desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, permitindo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Através da leitura, é possível ampliar o conhecimento, desenvolver a capacidade de interpretação de textos e promover a empatia e a compreensão do outro. A literatura também pode ser uma ferramenta de questionamento da realidade e de transformação social. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como a leitura pode auxiliar na formação da visão de mundo dos sujeitos e contribuir para a mediação de conflitos, tanto sociais como pessoais.

**Palavras-Chave:** Literatura. Leitura. Formação Humana. Educação. Resistência às adversidades. Sociabilidades.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate the role of in the reconstruction of the individual's identity and resistance to adversity, using the work of the French anthropologist Michèle Petit. In her work, the author explores the relationship between reading and overcoming crises, the importance of reading in the construction of meaning in difficult situations. The research has a theoretical, qualitative, and bibliographical approach, based on an analysis of Michèle Petit's work, as well as on scientific articles, dissertations, theses and other materials related to the topic, which served as support for a more in-depth study. The research allows us to explore the main concepts in Petit's work, as well as to establish counterpoints and critical analysis by other authors who deal with the theme of literature as well as with the field of education. The adopted methodology will follow the research line in Education, Language, and Memory of the Postgraduate Program in Education at the University of Extremo Sul Catarinense (UNESC), under the guidance of Professor Dr. Gladir da Silva Cabral. The main reference of the study will be Michele Petit's work, entitled *A arte de ler ou como resistir à adversidade*, and other authors such as Antonio Candido and Tzvetan Todorov will also be explored. The research aims to understand the meanings attributed to the practice of literary reading by readers in adverse contexts. To achieve this objective, the following specific objectives have been established: to investigate the relationship between education, literature, and human formation; to understand literature as a human right through the reading of Antonio Candido; to study Michele Petit's work to comprehend her perspective on reading; and to analyze the sociabilities allowed by reading, including as a pedagogical project. Literature plays a fundamental role in individual formation, enabling the development of cognitive, emotional, and social skills. Through reading, it is possible to expand knowledge, develop the ability to interpret texts, and promote empathy and understanding of others. Literature can also be a tool for questioning reality and social transformation. The project is justified by the need to understand how reading modifies individuals' worldview and contributes to mediating both social and personal conflicts. The research is based on previous studies that explore the importance of literary reading in contexts of adversity and aims to contribute to knowledge in this area. In conclusion, the master's project proposes to investigate the role of literature in individual reconstruction and resistance to adversity, using Michele Petit's work as a reference. The research will follow a theoretical, qualitative, and bibliographic approach and aims to understand the meanings attributed to the practice of literary reading by readers in adverse contexts. Literature is seen as an essential human right capable of promoting the integral formation of individuals and contributing to a more just and inclusive society.

**Keywords:** Literature; Reading; Human Formation; Education; Resistance to Adversity; Sociabilities.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO HUMANA .....</b>	<b>26</b>
1.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO .....	30
1.2 CONCEITO DE LITERATURA.....	33
1.3 CONCEITO DE FORMAÇÃO HUMANA .....	35
1.4 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO HUMANA .....	37
<b>2. A LITERATURA COMO DIREITO .....</b>	<b>41</b>
2.1. FUNDAMENTOS JURÍDICOS.....	45
<b>3. UMA ANÁLISE DA OBRA DE MICHÈLE PETIT, A ARTE DE LER: OU COMO RESISTIR À ADVERSIDADE .....</b>	<b>51</b>
<b>4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

Considero de suma importância a reflexão sobre o desenvolvimento pleno do ser humano no processo de se tornar um cidadão crítico, autônomo e participativo na sociedade em que está inserido. Compreendo que são notórios os benefícios da leitura na vivência dos sujeitos, uma vez que o ato de ler auxilia o domínio da linguagem, a ampliação do vocabulário e do conhecimento.

Se, por um lado, a literatura tem perdido centralidade na composição curricular da educação básica brasileira, como citado no artigo intitulado “A ausência da literatura na base nacional comum curricular para o ensino médio” (2020), publicado por Nathalia S. Fontes e Fabiano Antônio Soares, na *Revista Tempos e Espaços em Educação*, há que se defender, por outro lado, a sua importância na formação integral dos indivíduos, a ponto de constituir, como o autor Antonio Candido observa em seu ensaio sobre “O direito à literatura” (2011), uma dimensão básica dos direitos fundamentais de qualquer ser humano – o direito à literatura.

A literatura está ligada à sociedade da qual se origina, assim como todo tipo de arte, pois o artista não tem como ser indiferente ao contexto em que vive e no qual se expressa nem ficar sem colocar seu ponto de vista no que produz. E assim, a literatura se torna uma forma de expressão da sociedade. As palavras nos levam a diversas reflexões, nos fazem analisar o mundo com criticidade. A leitura possibilita o despertar de ideias, a imaginação e o senso crítico. Nesse sentido, o direito à literatura acaba sendo uma necessidade social, pois corrobora a formação do cidadão.

Esta dissertação propõe uma investigação sobre o papel da literatura na reconstrução de si e na resistência às adversidades, segundo a obra da antropóloga francesa Michèle Petit, que busca pensar justamente o laço entre a literatura e a formação integral dos sujeitos. Petit apresenta, em sua obra *A arte de ler ou como resistir à adversidade* (2009), uma investigação profunda sobre a prática da leitura em tempos de crise, tema que despertou o interesse da autora quando iniciava seus estudos sobre as complexidades que envolvem a escrita, a leitura e o papel do leitor, no início dos anos 1990, em colaboração com o Laboratório de Dinâmicas Sociais e Reconstrução de Espaços (CNRS), na França.

A autora frequentemente deparava-se com jovens das periferias francesas que recordavam a importância que a leitura tivera na construção de sentido em situações difíceis, considerando contextos de crises, conflitos armados, desigualdade social, deterioração das condições de vida e desastres ambientais. Após uma ampla pesquisa, a autora compilou suas reflexões acompanhadas de uma variedade de relatos pessoais sobre como a leitura se tornou uma fonte de apoio em momentos difíceis. Essas experiências foram coletadas por meio de diálogos com leitores, mediadores de leitura, escritores, professores, bibliotecários, psicanalistas e animadores culturais em várias regiões do globo, com ênfase significativa na América Latina (Michèle Petit, 2009, p. 24).

Compreendendo que o acesso à literatura é um direito indispensável de todo e qualquer ser humano, cabe pensar na sua relevância não apenas num nível meramente pedagógico, mas como um mecanismo de acesso a “novas ordens imaginárias” que permitem a própria (re)construção de si, a “possibilidade de reinventar-se”, conforme Petit retrata em sua obra. Isso se dá, inclusive, em cenários afetados por conflitos armados, desequilíbrio social ou acentuada deterioração das condições de vida, por exemplo. Com base nisso, apresenta-se a seguinte problematização: quais são os sentidos atribuídos à prática da leitura literária por leitores em contexto de adversidade, expressos na obra de Michèle Petit?

Neste trabalho pretende-se, dessa forma, pontuar e analisar os principais conceitos presentes na obra de Michèle Petit, onde a autora desenvolve sua tese a respeito da função reparadora da leitura. Ainda serão estudados outros autores que têm pesquisado sobre a mesma temática, fazendo contrapontos e análises críticas sobre a importância da leitura literária na formação do ser humano. Esta pesquisa, portanto, caracteriza-se como bibliográfica, lembrando que, para Antônio Carlos Gil, a pesquisa bibliográfica é aquela que:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (Gil, 2021, p. 44)

A linha de pesquisa à qual este trabalho pertence é a de Educação, Linguagem e Memória, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), sob orientação do Professor Dr. Gladir da Silva Cabral.

A principal referência do estudo e também objeto de pesquisa é a obra de Michèle Petit: *A arte de ler ou como resistir à adversidade* (2009). Além dessa obra, utilizaremos também escritores como Antonio Candido (2011), que sustenta a prerrogativa universal de acesso à literatura fundamentada na concepção de que a criação de histórias é uma necessidade essencial para o ser humano e na convicção de que a leitura enriquece a vida de cada indivíduo, conforme exposto em seu ensaio intitulado "O Direito à Literatura" (2011). Além dos autores citados, recorreremos a Fabio Akcelrud Durão (2017), Tzvetan Todorov (2009) e a textos que versam sobre a condição humana e a educação: Evelcy Monteiro Machado (2012), Odílio Alves (2008), Odair Vieira da Silva e Claudia Konstansky Vieira (2017), o conceito de educação usado foi de Pedro Geraldo Novelli (2001) e Paulo Freire (1995).

Michèle Petit observa que, nos tempos atuais, o mundo enfrenta uma crise abrangente, uma vez que uma crise surge quando os mecanismos de regulação, tanto sociais quanto psicológicos, utilizados pelo indivíduo, revelam-se inadequados para lidar com as transformações e as violências presentes na realidade. Argumenta a autora:

Ora, a aceleração das transformações, o crescimento das desigualdades, das disparidades, a extensão das migrações alteraram ou fizeram desaparecer os parâmetros nos quais a vida se desenvolvia, tornando homens, mulheres e crianças, vulneráveis, naturalmente que de maneira distinta, de acordo com os recursos materiais, culturais, afetivos de que dispõem e segundo o lugar onde vivem. [...] as crises, muitas vezes vividas como ruptura pela perda de paisagens familiares e separação, da família e dos próximos, confinam o sujeito num tempo imediato – sem projeto e sem futuro –, em um espaço sem linha de fuga. Despertam feridas, reativam o medo do abandono, abalam o sentimento de continuidade de si e a autoestima. Provocam, às vezes, uma perda total de sentido. (Petit, 2008, p. 21)

Antonio Candido, outro autor que fundamenta pesquisa, é um renomado crítico literário brasileiro, defendia que a literatura possui um valor essencial comparável às necessidades fundamentais de todo ser humano (Candido, 2011). Ele enfatizava que o acesso à literatura é um direito inalienável, tão vital quanto

qualquer outra necessidade básica. Seu entendimento sobre a importância da literatura como um direito universal era amplamente reconhecido e respeitado.

No seu ensaio acerca da literatura como um direito humano, o autor destaca que, assim como o sonho durante o sono é essencial para o equilíbrio psíquico, a literatura pode desempenhar um papel crucial no equilíbrio social. Nesse sentido, ela se revela como um elemento indispensável para a humanização do ser humano, pois atua, em grande parte, no subconsciente e no inconsciente (Candido, 2011).

A literatura desempenha um papel fundamental na formação do caráter do indivíduo. Através das narrativas presentes nos livros, é possível aprender sobre as complexidades das relações tanto internas como externas, promovendo o autoconhecimento e a capacidade de se colocar no lugar do outro, cultivando a empatia. Dessa forma, a leitura transcende a mera distração e se transforma em uma ferramenta de enriquecimento pessoal e intelectual.

Fabio Akcelrud Durão, em seu texto “Perspectivas da crítica literária hoje”, publicado em 2016, faz uma reflexão sobre a perda do papel formativo da literatura e sua completa inserção, pelo menos no Brasil, no campo universitário. Na visão do autor, a universidade passa a ser a “instituição fundamental para a manutenção da vida literária no Brasil”, e diante da fragilidade da inserção da literatura na academia conclui que sua sobrevivência ainda é incerta (Durão, 2016).

Tzvetan Todorov ganhou destaque como um importante estudioso no campo dos estudos literários, especialmente por suas análises detalhadas das estruturas narrativas. Todorov estabeleceu-se como uma referência nos estudos literários devido ao seu profundo entendimento das estruturas narrativas. Em sua obra intitulada *A literatura em perigo* (2009), Todorov ressalta a importância de resgatar o espírito do século XIX e enfatiza a necessidade de reavivar a compreensão do poder da literatura para expor uma verdade intrínseca ao mundo, conforme o autor expressa na passagem:

A literatura tem um papel vital a cumprir, mas por isso é preciso tomá-la no sentido amplo e intenso que prevaleceu na Europa até fins do século XIX e que hoje é marginalizado, quando triunfa uma concepção absurdamente reduzida do literário. O leitor comum, que continua a procurar nas obras que lê aquilo que pode dar sentido à sua vida, tem razão contra professores, críticos e escritores que lhe dizem que a literatura só fala de si mesma ou que apenas pode ensinar o desespero. Se esse leitor não tivesse razão, a leitura estaria condenada a desaparecer num curto prazo. (Todorov, 2009, p. 76-77)

São vários os segmentos de educação com cunho social que visam a auxiliar os cidadãos e direcioná-los à participação consciente na sociedade. Nesse sentido, “a Constituição de 1988, elaborada com intensa participação de grupos sociais, oferece perspectiva para avanços e construção de políticas sociais de cunho educativo” (Machado, 2012, p. 5).

Com as transformações dos contextos sociais, vão surgindo necessidades que até então não existiam, como considera Machado quando cita as novas políticas socioeducacionais que foram sendo criadas no Brasil, conforme as necessidades se apresentavam:

Gradativamente vão surgindo e se consolidando novos grupos de atendimentos, de pesquisa e de políticas socioeducativas relacionados a demandas por educação no campo, educação no trânsito, educação do idoso, educação hospitalar, educação para a paz, educação para o trânsito, educação e saúde, educação de meninos de rua, educação em abrigos além de outros em geral relacionados a carências, a conflito, à marginalidade social, a abandono e à exclusão. (Machado, 2012, p. 13)

Considerando a evolução dos sistemas sociais, sempre surge a necessidade da implementação de tipos diferentes de sistemas educacionais e cada vez mais específicos, voltados para educar e instruir as pessoas como lidar de forma consciente, colaborativa e sem desmerecer os direitos de nenhum cidadão.

Entender a educação no atual sistema é compreender as múltiplas dimensões do homem contemporâneo: o sujeito que manipula sistemas virtuais de comunicação, mas que já não se comunica tão bem com os outros sujeitos, que está imerso na globalização do mundo e no meio midiático, que vive em uma vida rápida e cheia de mudanças.

É essencial que os processos educacionais atuais sejam fundamentados nos princípios de cidadania e democracia, pois esses valores são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva. A diversidade e a inclusão são fundamentos construídos no paradigma educacional, como destacado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, documento elaborado no Ministério da Educação e Cultura do Brasil, pelo Conselho Nacional de Educação (2012, p. 8). Portanto, a educação deve abraçar a diversidade e promover a inclusão como pilares centrais de seu propósito.

A educação deve incluir os sujeitos, e não os excluir. É preciso acolher os indivíduos, dentro da mesma linguagem, da mesma comunicação e garantir o respeito entre eles. A socioeducação é “considerada também um meio de efetivação

do diálogo entre estas diversidades no ambiente educacional, o qual pode ocorrer por meio da produção de conhecimentos voltados à defesa e promoção dos Direitos Humanos” (Brasil, 2012, p. 8). Por conseguinte, o seio das práxis educativa é focado no princípio construtor do cidadão e da cidadã, capazes de conviver socialmente nas mais diversas situações. No entanto, é necessário sempre ressignificar o conceito de educação e adaptá-lo às dinâmicas sociais.

De acordo com a legislação vigente, mais especificamente a Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018, que estabelece a Política Nacional de Leitura e Escrita, é enfatizada a importância de garantir “a universalização do direito de acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas”.

A referida Lei reconhece a leitura e a escrita como direitos fundamentais de todos os cidadãos. Além disso, busca promover políticas que incentivem a leitura, com o objetivo de permitir o pleno exercício da cidadania e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Os objetivos estabelecidos na legislação, como previsto no artigo 3º, abrangem uma série de aspectos, tais como:

- I – Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;
- II – Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;
- III – Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. (Brasil, 2018)

Além disso, é importante ressaltar a orientação realizada pela Base Nacional Comum Curricular, que descreve os objetivos dos campos a serem abordados no ensino de língua portuguesa, mais especificamente no campo artístico-literário.

[...] Trata-se, assim, de ampliar e diversificar as práticas relativas à leitura, à compreensão, à fruição e ao compartilhamento das manifestações artístico-literárias, representativas da diversidade cultural, linguística e semiótica, por meio:

- da compreensão das finalidades, das práticas e dos interesses que movem a esfera artística e a esfera literária, bem como das linguagens e mídias que dão forma e sustentação às suas manifestações;
- da experimentação da arte e da literatura como expedientes que permitem (re) conhecer diferentes maneiras de ser, pensar, (re)agir, sentir e, pelo confronto com o que é diverso, desenvolver uma atitude de valorização e de respeito pela diversidade;

- do desenvolvimento de habilidades que garantam a compreensão, a apreciação, a produção e o compartilhamento de textos dos diversos gêneros, em diferentes mídias, que circulam nas esferas literária e artística. Para que a experiência da literatura e da arte em geral possa alcançar seu potencial transformador e humanizador, é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores. (Brasil, 2017)

Além da BNCC, esta pesquisa reconhece que os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem a implementação de práticas administrativas e pedagógicas que visam à formação integral do cidadão. Nesse contexto, é fundamental que a escola esteja alinhada com “princípios éticos, como autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum”.

Além disso, os “princípios estéticos da sensibilidade, criatividade e valorização da diversidade de manifestações artísticas e culturais” também devem ser considerados (Brasil, 2017). Da mesma forma, “é essencial incorporar os princípios políticos relacionados aos direitos e deveres de cidadania, o exercício da criticidade e o respeito à ordem democrática” (Brasil, 2017). E isso deverá ser um compromisso estabelecido entre escola, família, sociedade, gestores de políticas públicas e privadas.

A investigação sobre o papel da literatura na reconstrução de si e na resistência às adversidades não é novidade, podemos perceber essa análise a partir de estudos publicados em artigos, monografias, dissertações, teses, dentre outros trabalhos acadêmicos, entre os quais podemos destacar alguns.

Como o trabalho *Vivências com o ato de ler na/para além da esfera escolar*, de Liliâne Vanilde de Souza (2017), do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A linha de pesquisa onde foi desenvolvido esse trabalho foi a de Cultura Escrita e Escolarização. A problematização apresentada nesse trabalho organiza-se para responder à seguinte questão geral de pesquisa: Considerando o entendimento conceitual das influências da esfera familiar na formação do conjunto de conhecimentos culturais dos alunos, a educação em linguagem, especificamente no âmbito da leitura, tem a capacidade de ultrapassar os limites da escola e abranger a esfera familiar? Quais são os obstáculos, situações imprevistas, restrições, progressos e questões correlatas que se manifestam em uma iniciativa que busca alcançar esse objetivo?

O propósito fundamental da pesquisa apresentada consistiu em analisar o ato de leitura dentro do contexto da interação entre as esferas acadêmica, escolar e familiar. O foco da pesquisa foi direcionado para as questões relacionadas às experiências de leitura na escola e aos esforços para expandir essas experiências, especialmente no que diz respeito à "educação para leitura", tanto dentro dessas esferas como além delas.

A base teórica utilizada na pesquisa envolveu uma abordagem fundamentada na perspectiva histórico-cultural, que integra os princípios de pensadores como Bakhtin e Vygotsky. Nessa abordagem, a leitura é concebida como o ato de interpretar textos em diversos gêneros discursivos, e o conceito de encontro é intrinsecamente ligado a esse processo.

Outra pesquisa intitula-se *Aspectos simbólicos da prática da leitura literária em contextos de adversidade*, de Jéssica Patrícia Silva de Sá (2022), do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo desse estudo foi investigar como os leitores que enfrentam dificuldades, incluindo desafios físicos, psicológicos e sociais, abraçam simbolicamente a leitura literária. A fundamentação teórica incluiu uma discussão sobre o ato de ler, a literatura e as interações entre o leitor e o texto. A natureza do tema exigiu uma abordagem qualitativa, o que foi conseguido através da combinação da abordagem dos dados clínicos e das metodologias da história oral. A análise realizada mostrou que a leitura não se limita ao simples entretenimento ou ao prazer intransigente, mas sim a uma experiência que inclui aspectos afetivos, sociais e existenciais. A leitura tem potencial para proporcionar autonomia, esclarecer experiências individuais, estimular a atividade mental, processar emoções e pensamentos. O estudo destacou que determinados leitores conseguem lidar de forma mais eficaz com as dificuldades quando adotam a leitura literária de forma dinâmica e intuitiva.

Também sobre o tema, há o trabalho *A leitura literária na formação de leitores críticos: uma proposta de intervenção*, de Roberta Guerreiro Costa (2018), do Programa de Pós-Graduação em Letras do Mestrado Profissional (ProfLetras) da Universidade do Rio de Janeiro. Esse estudo propôs uma intervenção para resolver um problema comum nas salas de aula: a dificuldade de trabalhar com a leitura de literatura. A base teórica desse trabalho foram as ideias de autores que estudam o conceito de literatura, como Terry Eagleton e Jonathan Culler, e as contribuições de

Vicent Jouve, Luiz Costa Lima e Michèle Petit, que trabalham conceitos de leitura. Além disso, foram discutidas as ideias de Paulo Freire e Cavequia e Maciel sobre leitura crítica e as ideias de Teresa Colomer e Ana Racher Machado sobre diários de leitura. No processo de intervenção, foi dada prioridade a atividades como a leitura compartilhada, onde os alunos expressaram oralmente e através de diários de leitura as suas interpretações dos textos e as ligações que fizeram com a realidade externa. Essa abordagem valorizou o conhecimento dos alunos, que muitas vezes é esquecido no ensino e na aprendizagem.

Mais um estudo realizado sobre o assunto é a *Experiências com livros que exploram a sua materialidade: mediações e leituras possíveis*, de Camila Feltre (2015), do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Esse estudo se dedica a examinar os efeitos da experiência de leitura de obras que exploram sua materialidade sobre os indivíduos. Como base teórica, o trabalho se apoia na concepção de "leitura de mundo" de Paulo Freire, na noção de "leitura de possibilidades" proposta por Michèle Petit e na abordagem de "leitura de imagens" apresentada por Ana Mae Barbosa. Os livros, considerados como espaços de experimentação, são analisados com base em contribuições de autores das áreas de literatura, artes visuais e *design*, tendo como figura central o artista e designer Bruno Munari. A experiência de leitura é discutida à luz dos conceitos de John Dewey e Jorge Larrosa. A pesquisa tem como objetivo oferecer reflexões que possam beneficiar formadores, mediadores de leitura, bibliotecários, professores, familiares e todos os envolvidos no processo de aproximação das crianças com os livros e a leitura, explorando diversas abordagens possíveis.

Há também a pesquisa sobre *O resgate do encantamento: a ressignificação da prática de leitura através da contação de história*, de Gisele Arruda Eckhardt (2019), do Programa de Pós-Graduação em Letras do Mestrado Profissional (ProfLetras) da Universidade do Rio de Janeiro. O propósito desse estudo foi aprimorar a prática de ensino e promover o gosto pela leitura entre os alunos, por meio da técnica de narrativa de histórias. O trabalho foi realizado assegurando a realização de atividades de intervenção em uma turma de sexto ano do ensino fundamental. Essas atividades incluíram a leitura de contos de fadas, tarefas escritas de compreensão textual, jogos, questionários e a criação de histórias pelos próprios alunos. A base teórica desse trabalho foi fundamentada na perspectiva sociointeracionista de Bakhtin (2011) e nas concepções de leitura de autores como

Michèle Petit (2009; 2010), Beatriz Feres (2011) e Vicent Jouve (2002). Além disso, o estudo incorporou discussões sobre literatura infantil, com referências em autores como Bruno Bettelheim (2017), Nelly Novaes Coelho (2000; 2012), Regine Zilberman (2003), Karin Hueck (2016) e Luciana Pessolato & Maurício Bronzatto (2014).

Os resultados da pesquisa revelaram um aumento na criatividade dos alunos, maior autonomia na escrita, um diálogo mais envolvente com os textos, uma experiência literária enriquecedora e o desenvolvimento do senso crítico. Além disso, o trabalho executado buscou recuperar nos discentes a importância da oralidade, tendo como objetivo fortalecer os laços afetivos entre docentes e discentes, desta forma contribuindo para desconstruir os estereótipos sociais, incluindo questões de gênero, raça, aparência e felicidade.

Todas as considerações apresentadas nas pesquisas apontaram elementos que me levaram a conclusões que contribuíram para a elaboração do meu trabalho, como a relevância das características socioculturais do meio no qual estavam inseridos os estudantes e suas famílias ao serem analisados, a influência socioeconômica no perfil do leitor, as diferentes experiências diante de contextos diversos, gêneros textuais diferentes, ambientes e situações das mais variadas.

A literatura é uma contribuição de fundamental importância para a educação, pois possibilita o desenvolvimento do indivíduo em inúmeras áreas, de modo a aprimorar suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais. É imprescindível para a formação humana e sua presença na educação merece sempre o incentivo e o investimento por parte da sociedade, de forma a garantir que cada pessoa tenha acesso ao conhecimento e às perspectivas que a literatura é capaz de proporcionar.

Antonio Candido argumenta que a literatura é um direito humano essencial, pois é uma forma de expressão e criação cultural que possibilita a compreensão e respeito às diversidades e diferenças entre os indivíduos. A literatura é um meio pelo qual os seres humanos podem ter acesso a experiências e vivências que estão além do seu próprio universo, ampliando assim a sua compreensão e empatia com outras realidades. Além disso, a literatura proporciona uma forma de reflexão crítica sobre a sociedade e as relações humanas, sendo, portanto, uma ferramenta importante de educação e transformação social.

O autor destaca que o acesso à literatura é um direito de todos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural (Candido, 2011).

Porém, infelizmente, ainda existe uma grande desigualdade no acesso à leitura e à produção literária, o que compromete o exercício pleno desse direito humano.

A partir dessa perspectiva, a literatura se torna um meio de ampliar a consciência e a cidadania, promovendo a compreensão, a tolerância e o respeito às diferenças. Ao lermos obras literárias, entramos em contato com outras visões de mundo e outras culturas, o que pode nos tornar mais conscientes e críticos, permitindo um desenvolvimento humano mais completo.

Assim, a literatura deve ser valorizada não apenas como um entretenimento, mas como um direito humano fundamental, que pode contribuir significativamente para a promoção da igualdade, justiça e respeito mútuo. É preciso garantir o acesso à leitura e à produção literária a todos, para que possamos construir uma sociedade mais livre, justa e humanizada.

Michèle Petit é conhecida por seu trabalho sobre a importância da leitura na formação do indivíduo e na construção da identidade. Em sua obra, ela apresenta um ponto de vista sobre a leitura que difere do senso comum, pois acredita que o ato de ler vai muito além da simples aquisição de conhecimento. De acordo com Petit, a leitura é um processo de construção do sentido, em que o leitor interpreta a obra a partir de seus próprios conhecimentos prévios, experiências e subjetividade. Isso faz com que cada leitura seja única e individualizada, resultando em diferentes percepções e significados para uma mesma obra.

A autora também enfatiza a importância do papel da leitura na vida social e afetiva das pessoas. Segundo ela, a leitura pode ser uma forma de se conectar com os outros e com o mundo, permitindo que os indivíduos compartilhem experiências e emoções. Além disso, a leitura pode ser uma ferramenta de empoderamento e emancipação, possibilitando que as pessoas questionem a realidade em que vivem e desenvolvam seu senso crítico.

Para Petit, a leitura não deve ser vista como uma atividade obrigatória ou desinteressante, mas sim como uma experiência enriquecedora e prazerosa. Por isso, incentivar a leitura desde a infância é fundamental para formar indivíduos mais críticos, empáticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A obra de Michèle Petit apresenta uma visão da leitura como uma atividade que transcende a mera aquisição de conhecimento, constituindo-se como uma forma de construção da identidade e de conexão com os outros. Essa abordagem traz à

tona a importância da leitura não só para a vida acadêmica, mas também para a formação integral do indivíduo.

Ao ler, as pessoas entram em contato com personagens que têm histórias de vida diferentes das suas, o que permite compreender melhor o mundo e as pessoas ao seu redor. Essa compreensão pode gerar uma sensação de solidariedade e empatia, pois o leitor passa a se colocar no lugar do outro e a entender melhor suas emoções e sentimentos. Além disso, a leitura também pode incentivar a criatividade e a imaginação, permitindo que o leitor crie novas histórias e experiências, enriquecendo, assim, a sua vida social.

O projeto pedagógico de incentivo à leitura é um exemplo de sociabilidade literária, podendo ser uma ótima oportunidade para criar um ambiente de interação social entre os alunos, pois a leitura pode ser um tema comum a ser explorado. Por exemplo, em um clube de leitura, os alunos podem se reunir para discutir livros, trocar ideias e compartilhar experiências. Esse tipo de atividade pode gerar uma sensação de pertencimento e inclusão, permitindo que os alunos se sintam parte de um grupo e que compartilhem valores e interesses comuns.

Além disso, a leitura também pode incentivar a participação em outras formas de interação social, como a visita a bibliotecas e livrarias, a participação em feiras de livros e encontros literários. Nesses eventos, os alunos podem estabelecer novas relações sociais, conhecer pessoas com interesses similares e participar de atividades que estimulem a criatividade e a imaginação.

Esta dissertação busca enfatizar a relação direta entre a leitura literária e a reconstrução do indivíduo, bem como ressaltar a importância de compreender como a prática da leitura literária pode contribuir para a resistência e superação de adversidades específicas enfrentadas por determinados grupos. Esta abordagem mais focalizada permite uma análise mais precisa dos impactos da leitura literária na formação integral do sujeito e na promoção da resistência diante de situações desafiadoras.

As hipóteses da pesquisa podem ser formuladas da seguinte maneira:

- a. A prática da leitura literária em contextos de adversidade tem o potencial de influenciar positivamente a reconstrução do indivíduo, fortalecendo sua resistência e capacidade de superação.
- b. A leitura literária, ao proporcionar vivências simbólicas e emocionais, pode desempenhar um papel relevante na resistência

e na busca por transformações positivas em contextos desafiadores.

Essas hipóteses oferecem direcionamentos mais focados para a pesquisa, permitindo uma investigação mais aprofundada sobre a relação entre a leitura literária e os processos de reconstrução pessoal e superação de adversidades em contextos desafiadores.

A pesquisa se justifica pela necessidade de esclarecer como a leitura literária modifica a visão de mundo dos sujeitos e contribui para suas relações, auxiliando na mediação de conflitos, sejam eles de ordem social ou pessoal. A dinâmica da relação com a prática da leitura literária é complexa e traz consigo mudanças significativas no comportamento dos indivíduos. No entanto, a falta de acesso e incentivo à leitura pode ter impactos negativos na vivência dessas pessoas.

Odílio Alves no artigo “Condição Humana e Educação em Hannah Arendt” (2008), sugere uma relação entre educação, literatura e formação humana de forma inseparável, uma vez que a literatura desempenha um papel fundamental na formação integral do indivíduo. Através da leitura de obras literárias, é possível adquirir conhecimento em diversas áreas, desenvolver habilidades de interpretação de textos e compreender a complexidade do mundo ao nosso redor. Além disso, a literatura tem o poder de cultivar a empatia e a compaixão pelo próximo.

A literatura é um recurso valioso para a educação, proporcionando aos estudantes o contato com diferentes culturas, épocas e realidades. Ela também possibilita a reflexão sobre questões importantes, como a finitude da vida, a busca pela justiça e a necessidade de estabelecer relações empáticas com os outros.

Apesar de a leitura fazer parte dos currículos escolares, é crucial incentivar sua prática, especialmente no Brasil, onde ainda há deficiência no estímulo à leitura. Problemas como a falta de acesso a livros, dificuldades na compreensão da língua portuguesa e a baixa qualidade do ensino são apenas algumas das causas desse cenário.

Tendo em vista as considerações ditas anteriormente, formula-se a problemática desta pesquisa da seguinte forma: a partir de Michèle Petit, quais são os sentidos atribuídos à prática da leitura literária por leitores em contexto de adversidade?

Dessa maneira, estabelece-se o seguinte objetivo de pesquisa: compreender o papel da leitura literária na reconstrução do indivíduo e na resistência às adversidades, por meio da análise da obra de Michèle Petit.

Como objetivos específicos do estudo, definem-se os seguintes:

- a) Investigar a relação entre educação, literatura e formação humana, buscando compreender como a literatura contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo.
- b) Compreender a literatura como um direito humano, a partir das perspectivas de Antonio Candido.
- c) Estudar a obra de Michèle Petit para compreender sua visão sobre a leitura literária e como ela influencia a reconstrução do indivíduo diante de adversidades.
- d) Analisar as sociabilidades permitidas pela leitura literária em contextos desafiadores.

A metodologia desta dissertação de mestrado está fundamentada em uma abordagem teórica, qualitativa e bibliográfica. Será realizada uma pesquisa bibliográfica extensiva, com base na análise da obra de Michèle Petit, bem como em artigos científicos, dissertações acadêmicas, teses e outros materiais relacionados ao tema e vinculados ao campo da educação.

Inicialmente, será feita uma revisão sistemática da literatura, buscando explorar os principais conceitos presentes na obra de Petit, relacionados à relação entre a leitura e a superação de crises, bem como a construção de sentido em situações difíceis. Essa revisão permitirá mapear as principais ideias e contribuições da autora, além de estabelecer contrapontos e análises críticas com outros autores que abordam a temática da leitura literária.

Em seguida, será realizada uma análise detalhada da obra de Michèle Petit, com o objetivo de compreender sua visão sobre a leitura e como ela pode influenciar a reconstrução do indivíduo e a resistência às adversidades. Serão examinadas suas ideias e argumentos, identificando os aspectos-chave relacionados à formação humana, à importância da literatura como direito humano e às sociabilidades permitidas pela leitura.

Além disso, serão considerados estudos anteriores que exploram a importância da leitura literária em contextos de adversidade, a fim de enriquecer a

compreensão do tema. Esses estudos serão analisados criticamente, identificando pontos de convergência e divergência em relação às ideias de Michèle Petit.

Para coletar e analisar os dados, foi utilizado o método de análise de conteúdo, no qual serão identificadas categorias e temas relevantes a partir dos materiais selecionados. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das percepções dos leitores em contexto de adversidade sobre a prática da leitura literária e sua relação com a reconstrução do eu e a resistência, conforme constatado após análise da obra.

Por fim, os resultados da pesquisa serão apresentados, por meio de uma análise interpretativa após análise da obra de Petit. Serão elaboradas conclusões e considerações finais que contribuam para o conhecimento sobre o papel da literatura na reconstrução do indivíduo e na resistência às adversidades, embasadas na obra de Michèle Petit e nas discussões teóricas estabelecidas ao longo da pesquisa.

Quanto à organização desta dissertação, além do capítulo de Introdução, teremos mais três capítulos. O primeiro capítulo trata da concepção dos conceitos de educação sobre a abordagem de Saviani (2011), Brandão (2013) e Freire (1989), o conceito de literatura, o conceito de formação humana e um subcapítulo sobre a relação entre educação, literatura e formação humana, termos que estão intrinsecamente ligados. No segundo capítulo, faremos uma exposição reflexiva sobre a literatura como direito e acrescentaremos um subcapítulo de fundamentos jurídicos sobre o tema abordado. O terceiro capítulo será um estudo aprofundado sobre a obra de Michèle Petit, *A arte de ler: ou como resistir a adversidade*.

Por fim, serão elaboradas conclusões e considerações finais que contribuam para o conhecimento sobre o papel da literatura na reconstrução do indivíduo e na resistência às adversidades, embasadas na obra de Michèle Petit e nas discussões teóricas estabelecidas ao longo da pesquisa.

## 1. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO HUMANA

A abordagem pedagógica conhecida como pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Dermeval Saviani na obra *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, propõe uma visão da educação que vai além da mera transmissão de conhecimento (Saviani, 2011). Ele argumenta que a educação é um fenômeno intrinsecamente ligado à sociedade em que está inserida, sendo moldado por suas condições e contradições. Como referenciado na citação:

Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (Saviani, 2011, p. 13)

Na ótica da abordagem de Saviani, a escola desempenha um papel crucial na reprodução e transformação da sociedade. Não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de formar indivíduos conscientes, capazes de compreender e agir de maneira crítica diante da realidade social – “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (Saviani, 2011, p. 14).

Na opinião do autor, a existência da escola para apropriação do conhecimento ocorre por exigência das novas gerações, quando afirma na citação a seguir:

Ora, a opinião, o conhecimento que produz palpites, não justifica a existência da escola. Do mesmo modo, a sabedoria baseada na experiência de vida dispensa e até mesmo desdenha a experiência escolar, o que inclusive, chegou a cristalizar-se em ditos populares como: “mais vale a prática do que a gramática” e “as crianças aprendem apesar da escola”. É a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola. (Saviani, 2011, p. 14)

A pedagogia histórico-crítica enxerga a educação como um processo dinâmico e dialético, profundamente influenciado pelos eventos históricos e pelas contradições sociais. Saviani destaca a importância da mediação pedagógica na formação dos sujeitos, visando à superação das contradições e à construção de uma consciência crítica (Saviani, 2011). De acordo com ele, a educação não se resume a uma

simples transmissão de conhecimento, mas é um processo ativo e transformador que busca compreender e intervir na realidade social.

Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade, libertando as pessoas das amarras dos preconceitos sociais, de gênero, raça e classe econômica. Quando se tem acesso ao ensino de qualidade, o sujeito cresce com propriedade para cobrar seus direitos e defender seus interesses.

Saviani, referindo-se à relação professor e aluno na escola tradicional, mostra-nos que o professor: “transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhe são transmitidos” (1999, p. 18). Conforme Saviani, a educação é um cenário dinâmico protagonizado por três elementos essenciais: o educador, o educando e o conteúdo a ser transmitido. Ele destaca a interação ativa entre esses elementos como o cerne do desenvolvimento educacional.

Segundo Saviani, a justificativa para a existência da escola se dá para trazer ao aluno acesso a um saber elaborado e básico (ler e escrever), para a partir daí chegar ao complexo (o saber sistematizado), conforme a citação:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, podemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (Saviani, 2011, p. 13)

Na perspectiva do educador, na escola reside a função crucial de mediar o conhecimento, estruturar experiências de aprendizado e guiar os educandos. Os educandos, por sua vez, assumem um papel ativo, participando ativamente na construção do saber. O conteúdo, representando o conhecimento a ser ensinado, emerge como um mediador entre o educador e os educandos (Saviani, 1999).

Ao ver a educação como algo que transcende a mera transmissão de informações, Saviani a concebe como uma prática social intrincada. A interação entre os sujeitos (educador e educando) e o objeto de conhecimento (conteúdo) é

vital para o florescimento do processo educacional. Ele também percebe a relevância do papel da escola na sociedade atual, conforme comenta:

Ora, na sociedade atual, pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola, porque a escola é a forma dominante e principal da educação. Assim, para compreender-se as diferentes modalidades de educação, exige-se a compreensão da escola. Em contrapartida, a escola pode ser compreendida independentemente das demais modalidades de educação. (Saviani, 2011, p. 88)

Apesar da relevância da instituição escolar na sociedade, a educação deve ser compreendida como algo que se dá em vários outros espaços. Freire destacava a importância de compreender o contexto social dos alunos e incorporar suas experiências no processo educativo, salientando a necessidade de conscientização, encorajando os alunos a questionarem o status em que se encontravam e a se envolverem ativamente na transformação de sua realidade (Freire, 1996).

Paulo Freire, por sua vez, enxergava a educação como uma ferramenta libertadora e transformadora. Sua abordagem, conhecida a partir da obra *Pedagogia do Oprimido*, propunha um modelo educacional focado na emancipação dos indivíduos e na superação de estruturas sociais e práticas culturais opressivas. Ao contrário de uma educação tradicional, onde o conhecimento é simplesmente depositado nos alunos, Freire advogava por um diálogo ativo entre professores e alunos (Freire, 1987). Para ele, a educação deveria ser um processo de troca entre educador e educando, ambos aprendendo um com o outro.

Conforme expõe Freire em sua obra, deve-se valorizar todo conhecimento de mundo que o aluno traz consigo, ele será a base para compreensão do saber que será elaborado:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado – e até gostosamente – a “reler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituído. (Freire, 1989, p. 9)

A visão de educação de Paulo Freire é profundamente humanista e comprometido com a justiça social e a ética, buscando não apenas transmitir

conhecimento, mas também capacitar as pessoas a se tornarem críticas, reflexivas e agentes de mudança em suas comunidades (Freire, 1987).

Para Paulo Freire, o oposto da verdadeira educação não é simplesmente a falta de conhecimento, mas sim o que ele chamava de "educação bancária". Ele criticava fortemente a abordagem convencional, pela qual o conhecimento é apenas depositado nos alunos, sem levar em conta suas experiências individuais e contextos sociais, resultando em uma participação passiva (Freire, 1987). Para o autor, o que não constitui educação é esse método autoritário e unidirecional, que trata os alunos como meros receptáculos a serem preenchidos. Ele acreditava que isso era um ato de opressão. Em vez disso, Freire buscava uma abordagem mais interativa e libertadora, onde a educação se torna um diálogo constante, incentivando a consciência crítica e a autonomia dos educandos.

Na visão de Freire, a leitura desempenha um papel essencial no processo educacional. Ele não encarava a leitura apenas como a decodificação de palavras, mas como uma forma de compreensão crítica do mundo, inclusive ocorrendo posteriormente à leitura crítica do mundo, já que "leitura do mundo precede a leitura da palavra" (Freire, 1989, p. 9). Freire defendia uma abordagem da leitura que não apenas ensinasse habilidades técnicas, mas também desenvolvesse uma consciência crítica sobre a realidade (Freire, 1989).

De acordo com Paulo Freire, a leitura serve como uma ferramenta de conscientização, permitindo que os alunos entendam as dinâmicas sociais, questionem as estruturas de poder e se tornem agentes ativos na transformação de suas próprias vidas. Ele valorizava uma leitura que não se limitasse à busca e assimilação de informações, mas que também estimulasse o pensamento reflexivo e a participação ativa dos educandos na sociedade (Freire, 1989).

Portanto, para Paulo Freire, a leitura não era apenas uma habilidade técnica isolada, mas uma prática fundamental para cultivar uma consciência crítica e promover a educação como um processo libertador. A citação a seguir é um exemplo do movimento que Freire pregava:

A palavra tijolo, por exemplo, se inseriria numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de sua memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizando com um conjunto de situações codificadas de cuja decodificação ou "leitura" resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano, transformador do mundo. No fundo, esse conjunto de representações de

situações concretas possibilitava aos grupos populares uma “leitura” da leitura anterior do mundo, antes da “leitura” da palavra. Esta ‘leitura’ mais crítica da ‘leitura’ anterior menos crítica do mundo possibilitava aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente de sua indulgência. (Freire, 1989, p. 13-14)

Na visão de Paulo Freire, a educação é um esforço conjunto que envolve a participação ativa tanto dos educadores quanto dos educandos. Ele não via os educadores apenas como transmissores de conhecimento. (Freire, 1989).

Os educandos, por sua vez, não são considerados receptores passivos, mas sim agentes ativos no processo educacional. Freire destacava a importância de levar em conta as experiências e realidades dos educandos, integrando-as ao conteúdo educacional. Seu objetivo era capacitar os educandos a se tornarem pensadores críticos e participantes ativos na sociedade, promovendo a conscientização que levaria a transformação social.

Assim, de acordo com Paulo Freire, a educação é uma parceria entre educadores e educandos, onde o diálogo, a participação ativa e a consciência crítica desempenham papéis essenciais para construção de um leitor que compreenda a leitura do mundo, da sua vivência, das suas experiências e saiba defender seu lugar na sociedade, sua história, sua liberdade, deixando de lado a ilusória neutralidade do processo de educacional.

Para Freire, o diálogo é muito mais do que uma simples conversa ou troca de palavras, é um processo de comunicação onde os sujeitos compartilham suas experiências e aprendem uns com os outros, construindo conhecimento de forma colaborativa. Ele acreditava que o diálogo é o instrumento essencial para a educação libertadora e a transformação social.

“Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática ‘bancária’, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos” (Freire, 1987, p. 47).

## 2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO

A educação é um processo sistemático de transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e cultura de uma geração para a próxima. Ela ocorre em

diversas formas, como a educação formal nas escolas, a educação informal através da interação social e da experiência, e a educação não formal em ambientes de aprendizado específicos, como cursos e treinamentos (Saviani, 2011).

Carlos R. Brandão, na obra *O que é educação*, defende que o processo educacional é constante e se dá ao longo de toda vida do sujeito, ocorrendo de muitas maneiras, não apenas na escola, mas também quando conversamos com amigos, família e exploramos o mundo ao nosso redor:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (Brandão, 1982, p. 7)

A educação, entendida como um processo pedagógico, desempenha um papel crucial na capacitação dos indivíduos para a participação efetiva na sociedade. No entanto, é essencial não apenas compreender a sua natureza, mas também contextualizar as ideias que moldaram nossa visão sobre a relação entre educação e condição humana.

Nesse contexto, o artigo produzido por Odílio Alves Aguiar, intitulado “Condição humana e educação em Hannah Arendt”, nos oferece uma perspectiva valiosa que levanta uma discussão sobre a relação entre a educação e a condição humana sob a visão de Hanna Arendt:

A relação entre educação e condição humana, nessas posições clássicas, é propícia ao florescimento humano, entendido como desenvolvimento das capacidades *poiéticas*, teóricas e práticas. Sem trabalho, *agon*, educação, *polis* e arte, o homem reduz-se a mero ser vivente (*dzoé*). A condição humana funciona como uma espécie de habitat apropriado ao desabrochamento e revelação dos seres humanos (*bios*). Se, na tradição literária e filosófica clássica, a educação relaciona-se à condição humana, a tendência a romper com essa condição prevalece no experimentalismo científico, na técnica, na economia, na política e nas demais instituições surgidas na modernidade. (Alves, 2008, p. 29)

Baseado nas ideias de Hanna Arendt, Alves faz uma reflexão sobre as posições clássicas, ele destaca a propensão desse elo à promoção do florescimento humano, concebido como o desenvolvimento integral das capacidades *poiéticas*, teóricas e práticas. No cerne dessa abordagem está a ideia de que elementos fundamentais, como trabalho, *agon*, educação, *polis* e arte, são essenciais para evitar a redução do ser humano a uma mera existência, desprovida de significado e vitalidade (*dzoé*).

Segundo Arendt (*apud* Alves, 2008), a metáfora da condição humana como um habitat propício ao desabrochamento e revelação dos seres humanos é particularmente expressiva. Ela sugere que, assim como certas condições ambientais são necessárias para o florescimento da vida natural, a presença de elementos como educação e cultura é crucial para o pleno desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a educação não é apenas um meio de transmitir informações, mas um componente intrínseco à construção da identidade e ao enriquecimento da experiência humana.

No entanto, a análise de Odílio Alves não se limita a exaltar a tradição clássica. Ele aponta para uma tendência contemporânea de rompimento com essa relação tradicional entre educação e condição humana. O avanço do experimentalismo científico, da técnica, da economia e da política na modernidade é identificado como um movimento que desafia e, em alguns casos, desvincula a educação dessa ligação essencial. Essa ruptura sugere uma mudança de paradigma, onde outros fatores e instituições ganham proeminência na formação e influência sobre a condição humana.

Portanto, a reflexão de Alves incita à ponderação sobre o papel da educação em meio às transformações sociais e tecnológicas contemporâneas. Questiona-se se, no processo de avanço científico e tecnológico, a educação está sendo suficientemente valorizada como guardiã das dimensões *poiéticas*, teóricas e práticas do desenvolvimento humano. Esse texto serve como um convite à reflexão crítica sobre o equilíbrio necessário entre tradição e inovação no âmbito educacional e, por extensão, na formação da condição humana.

Por sua vez, Brandão define educação como um agente transformador das pessoas, cabe a cada pessoa usá-la com discernimento, para cobrar um mundo mais justo, com condições melhores, para agregar valores e transformar os sujeitos, segundo define a citação:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e – aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras de trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (Brandão, 1982, p. 8)

Apesar de os teóricos da educação Paulo Freire e Demerval Saviani terem abordagens diferentes quanto à metodologia da educação, enquanto Freire propõe uma educação centrada na práxis, na conscientização e na transformação social, enfatizando a dialogicidade e a horizontalidade na relação professor-aluno, Saviani defende uma perspectiva mais tradicional, baseada na pedagogia histórico-crítica, que prioriza o ensino dos conteúdos sistematizados e a transmissão de conhecimentos pela mediação do professor. Outra diferença é que Freire destaca a importância da educação problematizadora, que questiona as estruturas de poder e as injustiças sociais, enquanto Saviani valoriza a educação como instrumento de formação da consciência crítica, mas dentro de um contexto mais institucionalizado e estruturado.

Ainda assim, existem pontos de convergência em suas discussões sobre o tema educação libertadora. Ambos enfatizaram a relevância de uma educação que promova a conscientização e a transformação social, eles acreditavam na necessidade de uma prática educativa que leve em conta a realidade dos alunos a se tornarem críticos e atuantes na sociedade, buscando a superação das desigualdades e injustiças sociais.

Concluo que só através da educação somos capazes de recriar o contexto em que o sujeito está inserido, a educação é o caminho para a mudança da dura realidade que alguns vivenciam, todos os dias acontecem transformações na vida de quem ensina e de quem aprende, ou vice-versa, o aprendizado é mútuo, e talvez a única saída viável seja através da educação.

## 2.2 CONCEITO DE LITERATURA

Segundo o Dicionário On-line da Língua Portuguesa, literatura significa “[a] arte de escrever trabalhos artísticos em prosa ou verso. Conjunto das produções literárias de um país, de uma época. Profissão de quem se dedica às letras, dedicar-se à literatura. Conjunto de obras sobre um assunto, bibliografia, literatura sobre o *marketing*. Conjunto de saberes sobre obras e assuntos do âmbito literário.” Etimologicamente, a origem da palavra *literatura* deriva do latim "*litteratura, ae*", que

significa erudição, e “*littera*”, que significa letra (<https://www.dicio.com.br/literatura/>  
Acesso em: 15 dez. 2023)

Compreendo que literatura se refere a um corpo de obras escritas de forma criativa que utilizam a linguagem de maneira artística e expressiva. Ela inclui gêneros como poesia, prosa (como romances e contos), drama e ensaios. A literatura não apenas comunica histórias e informações, mas também explora temas profundos, sentimentos humanos, reflexões filosóficas e a condição humana. A definição de Terry Eagleton sobre o significado de literatura traz um sentido diverso do comumente empregado cotidianamente, mas bastante lógico:

Talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar. Segundo essa teoria, a literatura é a escrita que, nas palavras do crítico russo Roman Jakobson, representa uma “violência organizada contra a fala comum”. A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana. Se alguém se aproximar de mim em um ponto de ônibus e disser: ‘Tu, noiva ainda imaculada da quietude’, tenho consciência imediata de que estou em presença do literário. Sei disso porque a tessitura, o ritmo e a ressonância das palavras superam o seu significado abstrato – ou, como os linguistas diriam de maneira mais técnica, existe uma desconformidade entre os significantes e significados. (Eagleton, 1996, p. 3)

Além do emprego da linguagem transformada, mas que não se resume exclusivamente a isso, a literatura desafia a imaginação e oferece uma maneira de explorar a complexidade da experiência humana. A literatura é como uma janela mágica para outros mundos e para os sentimentos das pessoas. Ela não é apenas sobre palavras, mas sobre emoções, pensamentos profundos e aventuras que podemos viver através das páginas de um livro.

Sendo assim, a definição do que é realmente literário ou não depende de como o leitor vê o texto, não dependendo apenas da natureza do texto em si, sua materialidade:

Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito mais importante do que seu nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado. (Eagleton, 1996, p. 13)

Quando lemos uma história incrível, podemos nos imaginar no lugar dos personagens, sentir o que eles sentem e pensar sobre as questões que eles

enfrentam. Michèle Petit declara que “[...] as leituras abrem para um novo horizonte e tempos de devaneio que permitem a construção de um mundo interior, um espaço psíquico, além de sustentar um processo de autonominação, a construção de uma posição do sujeito” (2008, p. 32).

A literatura nos faz pensar e sentir, e é uma maneira maravilhosa de aprender sobre a vida. Além de comunicar narrativas e informações, adentra profundamente em temas universais, explorando as facetas da experiência humana, promovendo reflexões filosóficas e contemplando a condição humana. Ela não somente desafia a imaginação, como também propicia uma análise das complexidades humanas.

Michèle Petit cita Georges-Arthur Goldschmidt, ao fazer a observação de como a literatura cria lugares e situações: “Oral ou escrita, a literatura é uma oferta de espaço. As palavras não cansam de revelar paisagens, passagens, como se a sua essência fosse bem mais espacial do que verbal, como se o seu fundamento geográfico formasse o seu alicerce de sentido” (2008, p. 69). Ela atribui à literatura a capacidade imaginária e criativa, a oportunidade de se transportar através das leituras.

## 2.3 CONCEITO DE FORMAÇÃO HUMANA

De acordo com Pedro Geraldo Novelli, a formação humana é o processo pelo qual os indivíduos desenvolvem suas capacidades intelectuais, emocionais, sociais e morais, tornando-se membros plenos e responsáveis da sociedade. Envolve a aquisição de conhecimento, habilidades, valores e perspectivas que capacitam os indivíduos a participar de forma construtiva na sociedade e a desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo ao seu redor (Novelli, 2001).

Assim, toda educação é uma coação, pois visa libertar e promover o homem utilizando os recursos da disciplina que contribui para o ordenamento derivado da razão. Obviamente, Hegel pensa em termos de ordenamento social que não é obtido por osmose. A liberdade absoluta e irrestrita é mais perigosa e danosa para o homem que a restrição absoluta, porque a ausência de regramento resulta num estado de guerra generalizado. A pedagogia centrada na bondade natural do homem e na afirmação cabal da positividade e onipotência deste encontram em Hegel a discórdia e a contestação. (Novelli, 2001, p. 16).

O objetivo principal da formação humana é buscar promover o crescimento pessoal e o desenvolvimento de uma consciência crítica. É como moldar um quebra-cabeça complexo. À medida que crescemos, aprendemos a ser pessoas capazes de agir eticamente, a fazer escolhas entre alternativas políticas e morais diferentes e a compreender quem somos. Isso não acontece da noite para o dia, mas ao longo de toda a nossa vida. Envolve aprender a ser empático, a respeitar os outros e a se tornar alguém que contribui positivamente para a sociedade. É como uma jornada em que descobrimos mais sobre nós mesmos e o mundo à nossa volta, como Novelli propõe:

A educação proporciona o segundo nascimento do indivíduo porque o torna autônomo, senhor de si no convívio de seu povo. A autonomia é uma conquista do indivíduo porque este precisa aderir à proposta de seu povo e renunciar suas particularidades e exclusivismos. Isso não se dá no âmbito da natureza reduzida ao em si de si mesmo, ou seja, enclausurada numa existência determinada. Portanto, a educação diz respeito à existência de indivíduos e de como estes vêm a ser individualidade coletivizada e coletividade individualizada. (Novelli, 2001, p. 10)

A formação humana designa o processo de desenvolvimento das capacidades intelectuais, emocionais, sociais e morais dos indivíduos, visando torná-los membros plenos e responsáveis na sociedade. Tal processo implica a aquisição de conhecimento, competências e valores que possibilitam a participação eficaz na sociedade, bem como o crescimento pessoal e a construção de uma consciência crítica. Como proposto por Pedro Novelli:

O homem é o que está por vir e, nesse sentido, é indeterminação que, para superar-se, precisa atuar, agir, fazer. Isso significa que a formação humana não se limita a desenvolver as potencialidades presentes na natureza, pois esta não é o reduto do bem. A negatividade que se impõe à natureza e que media seu desenrolar é vista por Hegel como elemento primordial de toda formação. Contudo, a natureza não é também o reduto do mal, mas já guarda em si a possibilidade da liberdade porque aí a razão tem presença e manifesta-se. Apesar de tudo, Hegel insiste na relação natureza-humanidade como passagem, isto é, a natureza possibilita o estágio seguinte da humanidade que não se põe senão por meio desse expediente. Conforme mencionado anteriormente, a passagem somente ocorre por um empenho humano que empreende tal realização muitas vezes inconscientemente. Não há controle do resultado da ação humana que, por mais programada, intencionada e prevista que seja não pode determinar todas as repercussões possíveis. Entretanto, o homem não pode furtar-se ao trabalho de sua formação que adquire configuração maior na história. O trabalho é exclusividade humana e deve ser presença viva na existência humana concomitantemente à educação. (Novelli, 2001, p. 80)

Novelli retrata, na citação acima, o poder da influência da educação informal, aquela adquirida em contato com a sociedade e através da vivência com a natureza,

como sendo um estágio inicial, vista por Hegel como elemento primordial de toda formação, porém não descarta a necessidade do trabalho e da educação formal, concomitantemente, para uma formação humana que exige do sujeito esforço, determinação e o agir contínuo.

## 2.4 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO HUMANA

A partir da leitura dos autores Saviani, Freire e Brandão (sobre educação e formação humana), Eagleton (literatura) e Novelli (formação humana), cada um com suas especificidades, chegamos à conclusão da relação que há entre educação e literatura, que se dá na medida em que a literatura é frequentemente utilizada como uma ferramenta educacional poderosa e prazerosa. Através da leitura de obras literárias, os indivíduos podem adquirir conhecimento sobre a história, a cultura e a sociedade.

Além disso, a literatura expõe os leitores a diferentes perspectivas, ajuda no desenvolvimento da empatia e da compreensão das complexidades da natureza humana, contribuindo para a formação humana. Portanto, a literatura desempenha um papel fundamental na educação ao enriquecer o currículo e promover a alfabetização, a criatividade e a reflexão crítica (Costa Júnior, 2023).

A educação é o meio principal pelo qual a formação humana é facilitada. Através da educação, os indivíduos têm a oportunidade de adquirir as habilidades cognitivas e sociais necessárias para uma formação completa. Isso inclui a exposição a uma variedade de conhecimentos, incluindo literatura, que pode contribuir para o desenvolvimento de valores morais, ética e um senso de identidade.

A literatura é uma ferramenta essencial na formação humana, pois permite que os indivíduos explorem questões profundas, éticas e emocionais. Através da leitura de obras literárias, as pessoas podem desenvolver empatia, compreensão do mundo e autoconhecimento.

A leitura literária também pode ser uma fonte de inspiração moral e intelectual, influenciando a maneira como os indivíduos pensam e agem. A educação utiliza a literatura como um meio para promover a formação humana, ao passo que a literatura, por sua vez, enriquece a educação e contribui para a

formação completa e enriquecedora dos indivíduos. Ambas desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais informada, empática e reflexiva.

Através das histórias que lemos, podemos exercitar o pensamento e compreender melhor os desafios da vida contemporânea e as implicações éticas de nossas ações como seres humanos. Segundo Silva e Vieira comentam:

Nesse sentido a educação, enquanto instituição responsável pela perpetuação do saber e do conhecimento assume papel fundamental. De fato, o saber e o conhecimento, são condições que nos permite certa fiabilidade e confiança no mundo. É o próprio conhecimento que permite uma relação de segurança e confiança em si mesmo e no mundo. O conhecimento nos permite conhecer o mundo e estabelecer uma nova relação com o mesmo. (Silva; Vieira, 2017, p. 6)

Assim, a educação e a literatura trabalham juntas para nos ajudar a nos tornarmos seres humanos mais completos e conscientes. E essa jornada de aprendizado e crescimento é o que chamamos de formação humana.

A educação e a literatura são fundamentais para o desenvolvimento humano e a compreensão do mundo ao nosso redor. A educação utiliza a literatura como uma ferramenta valiosa para promover a formação humana, enriquecendo o currículo educacional e estimulando o desenvolvimento da alfabetização, da criatividade e da capacidade crítica dos indivíduos. No entanto, é importante analisar como a literatura está sendo integrada ao currículo e se as diretrizes propostas estão sendo efetivamente seguidas, considerando as dinâmicas reais da educação e os desafios enfrentados pela educação brasileira (Silva, 2005).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva o uso da literatura no currículo, reconhecendo-a como elemento fundamental para a formação cultural e ética dos estudantes. No entanto, é crucial observar como essas diretrizes estão sendo implementadas na prática, considerando os desafios enfrentados pela educação brasileira, como políticas educacionais regionais, capacitação de professores e a influência crescente de tecnologias no processo educativo.

Nesse cenário, a compreensão das dinâmicas reais da educação brasileira, aliada a dados e pesquisas confiáveis provenientes de instituições governamentais, torna-se essencial para avaliar de maneira crítica como a literatura está sendo integrada ao currículo e se as diretrizes propostas estão sendo efetivamente seguidas.

A literatura exerce um papel importante na formação humana ao estimular a reflexão sobre valores, ética e questões existenciais e sociais, subjetivas e coletivas,

ajudando os indivíduos a desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo ao seu redor. A pergunta incisiva sobre por que é tão desafiador integrar a literatura no ambiente educacional merece uma análise crítica. Uma possível resposta reside na valorização crescente de abordagens pragmáticas e utilitárias no sistema educacional contemporâneo.

A ênfase em resultados tangíveis, muitas vezes mensurados por testes padronizados, pode diminuir a importância atribuída às disciplinas que cultivam a compreensão humana, a empatia e a análise reflexiva, como é o caso da literatura. Além disso, a redução do espaço dedicado às ciências humanas nas escolhas acadêmicas e nas universidades pode refletir uma política orientada para a tecnologia, ciências exatas ou profissões que prometem retornos financeiros imediatos. Essa tendência sugere uma visão utilitária da educação, em detrimento da valorização do conhecimento humanístico, capaz de enriquecer a experiência e compreensão do indivíduo sobre o mundo (Gadotti, 2000).

A literatura, como destacado anteriormente, desempenha um papel vital na formação humana, incitando reflexões sobre valores, ética e questões existenciais. Contudo, a inserção efetiva da literatura no ambiente educacional enfrenta desafios significativos, conforme questionado na análise crítica anterior.

A contemporaneidade revela uma crise estrutural nos princípios e normas que norteiam a formação humana, conforme apontado por César (2010). Em meio a uma busca proclamada pela qualidade educacional, a realidade revela uma crise sem precedentes na história, demandando uma compreensão mais profunda dos problemas educacionais. De acordo com César:

Os princípios e as normas que regem a formação humana nunca foram tão questionados e criticados como na atualidade. Nas últimas décadas apesar da tão propalada busca pela qualidade dos processos educacionais, o que vemos de fato é uma crise estrutural sem precedentes históricos. Nessa perspectiva, conhecer e pensar sobre os problemas educacionais são de suma importância para reflexões críticas a respeito do próprio processo educativo. (César, 2010, p. 7)

A educação e a literatura são entrelaçadas na promoção da formação humana, contribuindo para a construção de uma sociedade informada, empática e intelectualmente enriquecida. Temos o dever de continuar nossa luta na defesa e implementação da leitura literária como forma de criarmos cidadãos críticos, com o conhecimento necessário para cobrar seus direitos e defender seus interesses.

A afirmação de que os princípios e normas que orientam a formação humana enfrentam questionamentos e críticas sem precedentes na atualidade não apenas reflete uma realidade inegável, mas também destaca a urgência de uma análise mais profunda sobre o estado atual da educação. A busca incessante pela qualidade nos processos educacionais, tão proclamada nas últimas décadas, parece colidir com uma crise estrutural que transcende as fronteiras históricas, deixando-nos perplexos diante dos desafios que se apresentam.

Conhecer e refletir sobre os problemas educacionais é, indiscutivelmente, um ponto crucial. No entanto, é preciso ir além do reconhecimento e confrontar as questões de maneira proativa, questionando não apenas os sintomas visíveis, mas também as raízes profundas dessa crise. As reflexões críticas sobre o próprio processo educativo tornam-se não apenas importantes, mas essenciais para desvendar as complexidades que envolvem a formação humana na contemporaneidade.

A crise estrutural mencionada pode ser interpretada como um sintoma de mudanças profundas na sociedade, na economia, na tecnologia e nas expectativas individuais. O paradigma educacional parece muitas vezes desatualizado em relação a essas transformações, levando a uma lacuna entre o que é ensinado e as demandas reais do mundo em constante evolução. Nesse sentido, é fundamental não apenas criticar, mas também repensar e reformular as abordagens educacionais para que estejam alinhadas com as necessidades contemporâneas.

A busca por qualidade nos processos educacionais deve transcender as retóricas vazias e ser traduzida em medidas práticas que promovam uma educação mais adaptável, inclusiva e relevante. Isso implica repensar as estruturas curriculares, adotar métodos de ensino mais dinâmicos e integrar as tecnologias de maneira eficaz. Além disso, é necessário considerar as dimensões emocionais, sociais e éticas do aprendizado, reconhecendo que a formação humana vai além da mera transmissão de informações.

### 3. A LITERATURA COMO DIREITO

Diante das leituras e reflexões sobre os conceitos de literatura que já foram realizadas, chego à conclusão de que a literatura, enquanto manifestação cultural e forma de expressão humana, possui um papel fundamental na sociedade, tanto do ponto de vista educacional, quanto do aspecto social e emocional. Por isso a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação social, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo (Candido, 2011, p. 177).

E é preciso considerar que os direitos sociais visam a garantir condições dignas de vida e desenvolvimento para todos os cidadãos, conforme cita o Artigo 6º. da Constituição Federal do Brasil de 1988, que relaciona os mencionados direitos: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A literatura pode ser encarada como um elemento essencial nesse contexto, pois ela não apenas proporciona acesso ao conhecimento e à reflexão crítica sobre o mundo, mas também contribui para o desenvolvimento da empatia, da criatividade e da capacidade de expressão. Portanto, incluir a literatura entre os direitos sociais poderia ser justificado pela sua importância na formação integral dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A percepção de Antonio Candido sobre o direito à literatura é profundamente enraizada na ideia de que a literatura não é apenas uma forma de entretenimento ou de arte, mas sim um direito fundamental de todo ser humano, como mencionado na citação sobre as possibilidades de transformar os sujeitos e alcançar soluções justas as desigualdades sociais:

Se as possibilidades existem, a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, apesar de tudo o que nosso tempo apresenta de negativo. Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra. Inversamente, um traço sinistro do nosso tempo é saber que é possível a solução de tantos problemas e no entanto não se empenhar nela. Mas de qualquer modo, no meio da situação atroz em que vivemos há perspectivas animadoras. (Candido, 2011, p. 172)

Antonio Candido acredita que a literatura desempenha um papel crucial na formação da identidade cultural e na construção da consciência social. Ele argumenta que o acesso à literatura não deveria ser visto como um luxo reservado a alguns poucos privilegiados, mas sim como um direito inalienável de todos os cidadãos.

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (Candido, 2011, p. 193)

Na citação a seguir o autor reflete sobre quais seriam os critérios de classificação dos bens compressíveis e bens incompressíveis. Os bens compressíveis estariam ligados à sobrevivência física da pessoa, enquanto os bens incompressíveis estariam relacionados à sua “integridade espiritual”, portanto mais relacionado à arte e à literatura:

Na classe média brasileira, os da minha idade ainda lembram o tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem de folga aos domingos, porque não estando acostumados a isso, não sentiam falta.... Portanto, é preciso ter critérios seguros para abordar o problema dos bens incompressíveis, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social. Do ponto de vista individual, é importante a consciência de cada um a respeito, sendo indispensável fazer sentir desde a infância que os pobres e desvalidos têm direito aos bens materiais (e que portanto não se trata de exercer caridade), assim como as minorias têm direito à igualdade de tratamento. Do ponto de vista social é preciso haver leis específicas garantido este modo de ver. (Candido, 2011, p. 175-176)

A literatura é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento humano, capaz de ampliar horizontes, despertar a empatia e promover a reflexão crítica sobre questões sociais, políticas e existenciais. Antonio Candido propõe a reflexão sobre o direito à leitura e ao acesso à arte como algo indispensável a todos:

Por quê? Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e autoeducação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo.

Nesse ponto as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. Ora, o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos. (Candido, 2011, p. 174-175)

A relação entre o direito e a literatura é complexa e multifacetada. Por um lado, a literatura frequentemente aborda questões relacionadas aos direitos humanos, à justiça social e à igualdade, servindo como uma forma de expressão e de reivindicação de direitos. E Antonio Candido vê essa relação por dois ângulos diferentes:

Acabei de focalizar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (Candido, 2011, p. 188)

Muitos escritores utilizam suas obras para denunciar injustiças, discriminações e violações de direitos fundamentais, contribuindo assim para a conscientização e mobilização social. Por outro lado, o direito também pode ser visto como um tema recorrente na literatura, que explora questões como moralidade, ética, responsabilidade e legalidade.

Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade.

[...]. Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (Candido, 2011, p. 176-177)

Além disso, a literatura pode desempenhar um papel importante na promoção da educação jurídica e na disseminação do conhecimento sobre direitos e deveres legais. A relação entre direito e literatura é uma via de mão dupla, com ambas influenciando e sendo influenciadas pelos valores, ideias e narrativas presentes na sociedade.

O Art. 205º da Constituição Federal do Brasil de 1988 prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Quando a legislação propôs a educação como direito de todos, ele buscava levar o conhecimento necessário a todos, sem restrições, a fim de que soubéssemos reconhecer nossos deveres e cobrar nossos direitos, porque sem a instrução necessária, os sujeitos seriam incapazes de questionar as injustiças e desigualdades, cobrando por mudanças e melhorias.

O artigo "O direito à literatura trinta anos depois", de Celdon Fritzen, publicado na *Revista Contexto* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, faz uma releitura do ensaio clássico de Antonio Candido: “O direito à literatura”, texto que se tornou referência para os debates dessa ordem, e discute sua relevância contemporânea. Fritzen aborda como Candido defendeu a literatura como um direito humano essencial, necessário para o desenvolvimento integral do ser humano e para a crítica social. O artigo atualiza essa visão considerando os novos meios de acesso à cultura e o contexto sociopolítico que desafia as Humanidades até hoje. “A crítica de Candido sublinha a dificuldade de acesso dos pobres ao erudito. Sociedades mais igualitárias permitiriam maior intercomunicação entre os níveis culturais, mas na situação brasileira, por sua estrutura de concentração de renda, isso não se veria” (Fritzen, 2019, p. 82).

Cabe destacar alguns pontos relevantes das discussões levantadas no artigo, como as premissas antropológico-culturais. Fritzen destaca que a literatura, segundo Candido, não é apenas uma forma de arte, mas uma necessidade básica para a formação humana, contribuindo para o desenvolvimento emocional e intelectual dos indivíduos, “[...] como um direito fundamental para o processo de humanização” (Fritzen, 2019, p. 79). O texto acentua como, a partir da retomada do exercício democrático pós-ditadura de 1988, a democratização dos meios de acesso

à literatura e a outras formas de bens culturais ampliam as oportunidades de formação cultural, mas também apresentam novos desafios e desigualdades.

Fritzen argumenta que a literatura mantém sua relevância como ferramenta de resistência e elaboração crítica da memória, especialmente em um contexto de questionamento das humanidades e das tradicionais atribuições educativas da leitura literária. Como argumentado por Fritzen:

O compromisso emancipador da leitura literária de Candido se presta a nos fazer compreender e buscar ultrapassar a tradição de autoritarismo de nossa formação histórica fabulada na linguagem das obras literárias. Como se diz em “O direito à literatura”, a forma é a realização eficiente da humanização porque simultaneamente é linguagem organizada que transforma o caos em mundo, revelando ao próprio leitor e este a si mesmo. (Fritzen, 2019, p. 79)

No contexto sociopolítico atual, o artigo reflete sobre como a situação atual, marcada por mudanças tecnológicas e políticas, afeta a maneira como a literatura é percebida e valorizada na sociedade. Segundo Fritzen, “[...] notadamente vivemos uma época em que a letra cedeu espaço para a imagem como centro das práticas comunicativas. E isso gera uma série de transformações cujo alcance ainda não somos capazes de sintetizar, pois vivemos imersos neste processo” (Fritzen, 2019, p. 84).

Essas reflexões ressaltam a importância contínua da literatura para a formação crítica e integral do ser humano, reafirmando as ideias de Candido enquanto adaptadas às realidades contemporâneas

### 3.1. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Lei nº 13.696/2018 institui a Política Nacional de Leitura e Escrita e tem como objetivo promover e incentivar práticas relacionadas à leitura e à escrita em todo o território nacional. Seu efeito prático possui características variadas e peculiares. Primeiramente, ela estabelece diretrizes e estratégias para a promoção da leitura, visando combater o analfabetismo e o baixo índice de leitura no país. Isso pode-se traduzir em iniciativas como a criação de programas de incentivo à leitura em escolas, bibliotecas públicas e espaços comunitários, bem como o estímulo à produção e circulação de livros e materiais de leitura.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I – a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II – o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III – o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV – a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

V – o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras. (Brasil, 2018)

Além disso, a Política Nacional de Leitura e Escrita busca democratizar o acesso ao livro e à informação, ampliando as oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. A lei visa a promover uma cultura leitora mais robusta e inclusiva no Brasil e, para que isso aconteça, é concedido o Prêmio Viva Leitura, que consiste, como bem cita o artigo 5º da Lei n. 13.696/2019, num prêmio “concedido no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos do regulamento”.

Em 12 de julho de 2022, foi criada a Lei nº 14.407, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a finalidade de estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 4º .....

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.” (NR)

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 22. ....

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo.” (NR) (Brasil, 2022)

Ambas as leis têm como objetivo precípuos o combate ao chamado analfabetismo funcional, cuidando de uma formação de leitores aptos a realizar a compreensão e interpretação textual. Vera Maragão Ribeiro, em seu artigo publicado na revista científica *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 60, dez. 97, propõe uma discussão sobre os conceitos de alfabetismo funcional e seu antônimo analfabetismo funcional:

O termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares (Castell, Luke & MacLennan 1986). A partir de então, o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma concepção mais tradicional e acadêmica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição. Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais. Há ainda um conjunto de fenômenos relacionados que podem ser associados ao termo analfabetismo funcional, por exemplo, o analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades, retornam à condição de analfabetos. Especialmente na França, o termo iletrisme foi utilizado para caracterizar populações que, apesar de terem realizado as aprendizagens correspondentes, não integram tais habilidades aos seus hábitos, ou seja, em sua vida diária não lêem nem escrevem, independentemente do fato de serem capazes de fazê-lo ou não. (Ribeiro, 1997, p. 145)

O conceito de analfabetismo funcional refere-se à incapacidade de compreender e utilizar informações escritas no dia a dia, mesmo que a pessoa tenha passado pelo processo formal de alfabetização. Ou seja, um indivíduo considerado analfabeto funcional pode até mesmo ser capaz de decodificar letras e palavras, mas apresenta dificuldades significativas na interpretação e na aplicação prática dessas informações em diferentes contextos, como na leitura de um texto simples, no preenchimento de formulários ou na compreensão de instruções básicas.

A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da Unesco, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países-membros. A definição de alfabetização que a Unesco propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma Unesco proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio

desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. O qualitativo funcional insere a definição do alfabetismo na perspectiva do relativismo sociocultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais. (Ribeiro, 1997, p. 147)

Assim, o analfabetismo funcional não se limita à mera habilidade de decifrar o código escrito, mas envolve também a capacidade de compreender e utilizar a informação de forma significativa e autônoma.

No relatório nacional do Brasil (PIRLS 2016: Relatório Nacional do Brasil), foram analisadas as habilidades de leitura dos estudantes brasileiros, bem como diversos fatores associados ao desempenho em leitura, incluindo o acesso a materiais de leitura em casa, a frequência de leitura por prazer e o envolvimento dos pais na leitura com os filhos.

O Brasil participou do PIRLS pela primeira vez em 2021. Apesar de ser um período atípico – dado o fechamento das escolas como consequência da pandemia da COVID-19 – espera-se que os resultados do PIRLS possam contribuir para medir as habilidades de leitura dos alunos do quarto ano do ensino fundamental. Isso, somado a outras avaliações, pode fundamentar o processo de implementação da BNCC (em curso em todo o território nacional) além de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas específicas. (Brasil no PIRLS 2021, 2023, p. 7)

Embora o relatório não forneça dados específicos sobre as perspectivas profissionais dos participantes do estudo, ele destaca a importância da leitura para o desenvolvimento educacional das crianças e oferece *insights* sobre como o hábito de leitura pode influenciar os resultados acadêmicos.

O Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS, 2016): Relatório Nacional do Brasil no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ou em bancos de dados acadêmicos que disponibilizam estudos educacionais.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) estabelece que as crianças devem ser alfabetizadas nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Para atingir esse objetivo, a principal política de alfabetização do atual governo é a Política Nacional de Alfabetização (PNA)<sup>10</sup>. A PNA refere-se a uma iniciativa da União, em colaboração com os Estados, municípios e o Distrito Federal, que visa implementar programas e ações para promover a alfabetização e melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional. Além disso, desde a década de 1990, o Brasil vem implementando políticas importantes para a distribuição de livros didáticos e outros materiais de leitura, como obras literárias, para serem incluídos nas coleções escolares. Em 1998 foi iniciado o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e

permaneceu em vigor até 2017. O objetivo do programa era distribuir livros para as bibliotecas nas escolas. Em 2018, esse programa foi incorporado ao Programa Nacional do Livro Didático, cujo foco era a distribuição de livros didáticos aos alunos da Educação Básica. Em 2018, o programa passou a se chamar PNLD Literário. Além desses programas, há outras ações voltadas ao fomento e à promoção da leitura entre estudantes da Educação Básica, apoiadas pelos Estados, municípios e o Distrito Federal, e por entidades envolvidas com a educação. (Brasil no PIRLS 2021, 2023, p. 11)

Outro ponto relevante que tem como objetivo a qualidade dos leitores da educação básica no Brasil, é o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que é uma iniciativa do governo brasileiro que visa a aquisição, produção e distribuição de livros e materiais didáticos para alunos e professores da educação básica. Esse programa garante a universalização do acesso, levando aos alunos de escolas públicas em todo Brasil, tenham acesso a livros didáticos de qualidade, contribuindo para a equidade na educação.

Outro fator trabalhado no programa é a padronização da qualidade, os materiais distribuídos passam por rigorosos processos de avaliação e seleção, assegurando que todos os alunos tenham acesso a recursos pedagógicos de alta qualidade. Além da redução de custos para as famílias, por que ao fornecer livros gratuitamente, o PNLD alivia as famílias dos custos associados à compra de materiais didáticos, especialmente beneficiando aquelas de baixa renda.

Levando-se em consideração também o apoio que realizado aos professores, por que além dos livros para os alunos, o programa distribui materiais didáticos específicos para os professores, auxiliando no planejamento e execução das aulas. A atualização e a diversidade de conteúdos também são fatores relevantes, pois o programa garante a renovação periódica dos livros, incorporando novas metodologias pedagógicas e atualizações curriculares. Além disso, promove a diversidade de conteúdos, atendendo às necessidades regionais e culturais do País.

Esse programa também incentiva o fomento do mercado editorial, pois o PNLD representa um importante incentivo para a indústria editorial brasileira, promovendo a produção de livros didáticos e outros materiais educativos. Trabalhando com isso o incentivo à leitura, pois a distribuição de livros de literatura e paradidáticos complementa o ensino formal, incentivando a prática da leitura entre os estudantes. E trabalhando o suporte às políticas educacionais, pois O PNLD é alinhado às diretrizes do Ministério da Educação (MEC), apoiando a implementação das políticas educacionais nacionais e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Esses benefícios contribuem para a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil, promovendo a igualdade de oportunidades e fortalecendo o sistema educacional como um todo, e isso é o resultado de um conjunto de ações voltadas de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País.

Existe uma importante prática de incentivo à leitura e também uma forma de tentar ressocializar a população carcerária no Brasil, a remissão da pena por meio da leitura de livros está regulamentada pela Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo essa recomendação, cada obra literária lida pelo preso pode resultar na remissão de quatro dias de sua pena, desde que ele realize uma resenha ou resumo que demonstre a compreensão do conteúdo. Além disso, essa prática deve ser implementada por meio de programas específicos nos estabelecimentos prisionais e deve ser supervisionada por profissionais qualificados. A Recomendação nº 44/2013 visa incentivar a educação e a reintegração social dos presos, promovendo o hábito da leitura e a ampliação do conhecimento.

O objetivo é estabelecer diretrizes para a remissão de pena pela leitura, como forma de estimular o desenvolvimento pessoal e a reintegração social dos presos. A quantidade de obras e a remissão realizada a cada obra lida, pode remir quatro dias da pena e o limite é a leitura de até 12 obras por ano, possibilitando a remissão de até 48 dias de pena anualmente.

Os critérios de seleção dos livros escolhidos devem ter conteúdo relevante e adequado ao desenvolvimento cultural e educacional dos presos. As obras podem incluir literatura clássica, contemporânea, científica ou outras de valor educativo. A supervisão e avaliação da leitura deve ser realizada por profissionais qualificados, como professores ou bibliotecários. Após a leitura, o preso deve elaborar uma resenha ou relatório sobre o livro, que será avaliado para comprovar a compreensão e a qualidade da análise.

A recomendação sugere a criação de programas de remissão de pena pela leitura em unidades prisionais, com regulamentação específica de cada estado ou do sistema penitenciário federal, a responsabilidade pela implementação e fiscalização dos programas de leitura é dos juízes de execução penal, em conjunto com as direções dos estabelecimentos prisionais. Esta recomendação visa incentivar a leitura como um meio de proporcionar educação, cultura e capacitação

aos presos, contribuindo para sua reabilitação e reintegração social. Mais uma prova de que a leitura é uma forma de educar, ressocializar e reabilitar.

#### **4. UMA ANÁLISE DA OBRA DE MICHÈLE PETIT, A ARTE DE LER: OU COMO RESISTIR À ADVERSIDADE**

*A Arte de Ler ou Como Resistir à Adversidade* é um livro escrito por Michèle Petit e publicado em 2008, no Brasil. Nessa obra, a autora explora a importância da leitura como uma ferramenta de empoderamento, resiliência e transformação, especialmente para pessoas que enfrentam adversidades sociais, econômicas e culturais. Através de uma combinação de pesquisas, análises de casos e reflexões pessoais, Michèle Petit destaca como a leitura pode ser um refúgio e uma maneira de enfrentar desafios da vida moderna.

No livro, Petit discute como a leitura pode proporcionar uma experiência enriquecedora e transformadora, especialmente para crianças e jovens que enfrentam situações adversas como a pobreza, a exclusão social e outros obstáculos. A autora realiza pesquisas e estudos de casos, usando como campo de atuação a América do Sul, América do Norte, Europa, África e Ásia, para destacar como a leitura pode oferecer um espaço seguro, uma fonte de conhecimento e uma maneira de desenvolver a imaginação, a empatia e a capacidade de compreender o mundo.

A autora cita no trecho de sua obra um exemplo do momento em que se dá a ação de auxílio que os livros oferecem e de que forma as pessoas procuram se socorrer e refugiar da leitura:

Não é apenas no momento de desarranjos internos que os livros servem de auxílio, mas também quando acontecem crises que afetam simultaneamente um grande número de pessoas. “Nos anos 1930, nos Estados Unidos, a crise, segundo várias análises, levou milhares de norte-americanos para as bibliotecas”, escreve Martine Poulain: “Às vezes, os desempregados buscavam na leitura uma oportunidade de se distanciar do real e de sua própria situação, esperando que ela lhes levasse para ‘fora do mundo’. Às vezes, esperavam o contrário, que lhes mantivesse ‘dentro do mundo’. A leitura de jornais e periódicos era então a mais apreciada, seja porque a leitura de ‘notícias’ sancionava essa necessidade de se sentir parte de uma comunidade, seja porque a consulta das ofertas de emprego assinalava mais diretamente uma busca de reintegração. (Petit, 2008, p. 19)

O livro é dividido por Introdução, Conclusão e em oito capítulos: 1. Tudo começa por uma recepção; 2. Saltar para o outro lado; 3. A simbolização e a narrativa: poderes e limites; 4. Outras sociabilidades; 5. Quais leituras?; 6. Ler, escrever, desenhar, dançar; 7. Leitura e exílio e 8. A escola e a biblioteca na linha de frente.

Os capítulos abordam diferentes aspectos da relação entre leitura e as adversidades cotidianas, entendendo a leitura como refúgio e uma forma de abertura ao mundo. Nesse caso, a autora explora como a leitura pode ser um espaço de escape para indivíduos que enfrentam situações difíceis, oferecendo uma maneira de se desconectar das circunstâncias adversas e entrar em contato com outros mundos e realidades. Segundo Michèle Petit:

De fato, o que os leitores descrevem quando se referem a esse salto para fora de suas realidades cotidianas provocado por um texto não é tanto uma fuga, como é dito frequentemente, de maneira um pouco depreciativa (acreditando-se que seria mais honrável se dedicar totalmente à sua dor ou ao seu tédio), mas uma verdadeira abertura para um outro lugar, onde o devaneio, e portanto o pensamento, a lembrança, a imaginação de um futuro tornam-se possíveis. Em contextos violentos, uma parte deles já não é mais feita refém; ele escapa à lei do lugar ou aos conflitos cotidianos. (Petit, 2008, p. 76)

O livro apresenta também a leitura como construção da identidade e nele Michèle Petit discute como a leitura pode ajudar na construção da identidade pessoal e cultural, permitindo que os leitores se vejam representados em personagens e histórias, o que é especialmente importante para aqueles que enfrentam marginalização e exclusão.

Michèle Petit também percebe a leitura como elemento fundamental na construção da identidade pessoal e cultural, permitindo que os leitores se vejam representados em personagens e histórias, o que é especialmente importante para aqueles que enfrentam marginalização e exclusão. A autora comenta que “[...] as leituras abrem para um novo horizonte e tempos de devaneio que permitem a construção de um mundo interior, um espaço psíquico, além de sustentar um processo de autonominação, a construção de uma posição de sujeito” (Petit, 2008, p. 32). Assim argumenta a autora na passagem a seguir:

Para além, dessas situações extremas, a contribuição da leitura para a reconstrução de uma pessoa após uma desilusão amorosa, um luto, uma doença etc – toda perda que afeta a representação de si mesmo e do sentido da vida – é uma experiência corrente, e numerosos escritores a testemunharam, como Sergio Pitol em uma entrevista que encontro na noite

em que escrevo estas linhas: tendo perdido seu pai, quando era bebê, e logo depois sua mãe, com cinco anos de idade, ele fica gravemente doente; embora não pudesse mais ir à escola, a casa onde sua avó acolheu era repleta de livros: “Minha avó lia sem parar. E eu apanhava tudo o que me caía nas mãos. [...] Com doze anos, descobri *Guerra e paz* e não fiquei mais doente. Continuo acreditando que Tolstói me salvou”. (Petit, 2008, p. 17)

A obra traz a concepção de que a leitura também faz aumentar a compreensão do mundo. Nesse sentido, a autora argumenta que a leitura é uma forma de adquirir conhecimento sobre o mundo, mesmo quando o acesso direto a experiências é limitado. Os livros oferecem informações sobre diferentes contextos e culturas, expandindo os horizontes dos leitores, o que permite ao leitor vivenciar e proporcionar reflexões diante de experiências até então desconhecidas. “Oral ou escrita, a literatura é uma oferta de espaço. As palavras não cansam de revelar paisagens, passagens, “como se a sua essência fosse bem mais espacial do que verbal, como se o seu fundamento geográfico formasse o seu alicerce de sentido”, escreve Georges-Arthur Goldschmidt” (Petit, 2008, p. 69).

A leitura contribui também para o desenvolvimento da imaginação e da empatia. Michèle Petit explorou em sua pesquisa a forma como a leitura estimula a imaginação e a capacidade de se colocar no lugar de outras pessoas, o que pode aumentar a empatia e a compreensão mútua, contribuindo para a coesão social, oportunizando ao leitor se colocar no lugar do outro, desenvolver empatia, sororidade e desfazer estereótipos. Ela escreve:

Mas o que a leitura também torna possível é uma narrativa: ler permite iniciar uma atividade de narração e que se estabeleçam vínculos entre os fragmentos de uma história, entre os que participam de um grupo e, às vezes, entre universos culturais. Ainda mais quando essa leitura não provoca um decalque da experiência, mas uma metáfora. (Petit, 2008, p. 32)

Outra contribuição interessante da autora é a percepção da leitura como ferramenta de educação e resiliência. Petit analisa como a leitura pode desempenhar um papel fundamental na educação formal e informal, promovendo a resiliência ao capacitar os indivíduos com habilidades cognitivas e emocionais para enfrentar os desafios. Segundo Petit:

Hoje, é possível dizer que o mundo inteiro é um “espaço em crise”. Uma crise se estabelece de fato quando transformações de caráter brutal – mesmo se preparadas há tempos – ou ainda uma violência permanente e generalizada, tornam extensamente inoperantes os modos de

regulamentação, sociais e psíquicos, que até então estavam sendo praticados.

Ora, a aceleração das transformações, o crescimento das desigualdades, das disparidades, a extensão das migrações alteraram ou fizeram desaparecer os parâmetros nos quais a vida se desenvolvia, vulnerabilizando homens, mulheres e crianças, de maneira obviamente bastante distinta, de acordo com os recursos materiais, culturais, afetivos de que dispõem e segundo o lugar onde vivem. (Petit, 2008, p. 20-21)

Michèle Petit também destaca a relevância das bibliotecas e dos espaços de leitura, bem como do acesso aos livros, para garantir que a leitura seja acessível a todos, independentemente de suas circunstâncias. “Para os cidadãos vivendo em condições normais de desenvolvimento, um livro pode ser uma porta a mais que se abre, para aqueles que foram privados de seus direitos fundamentais, ou de condições mínimas de vida, um livro é talvez a única porta que pode permitir-lhes cruzar a fronteira e saltar para o outro lado” (Petit, 2008, p. 75).

A autora enfatiza como a leitura pode ser uma força motriz para as mudanças sociais, capacitando os indivíduos e as comunidades de leitores a desafiar a injustiça, a desigualdade e a exclusão, despertando nos leitores o senso crítico necessário para enfrentar, questionar, cobrar e reconhecer quando necessário, os efeitos práticos das mudanças do mundo que vivemos e queremos.

Michèle Petit compartilha várias histórias reais de leitores que enfrentaram desafios, demonstrando como a leitura impactou positivamente suas vidas e suas perspectivas. São narrativas de leitores que enfrentam adversidades. *A Arte de Ler ou como Resistir à Adversidade* é uma exploração profunda e comovente da maneira como a leitura pode ser um meio de superar dificuldades e se fortalecer diante das adversidades. A autora todo o tempo enfatiza como a leitura não apenas oferece conhecimento, mas também enriquece a vida emocional, intelectual e social dos leitores, capacitando-os a enfrentar os desafios com uma perspectiva mais ampla e informada. Ela destaca como a leitura pode oferecer uma maneira de escapar das adversidades, adquirir conhecimento e desenvolver habilidades cruciais para a vida. Como demonstra a autora:

Na escola, por um longo período, estudou-se literatura como algo exterior, que não é vivido, constatado, sentido. Algumas abordagens são até mesmo voltadas para aprofundar a distância com o corpo, repudiar toda emoção, vista como um desvario perigoso. E o corpo foi durante um bom tempo esquecido nas pesquisas sobre leitura, reduzida a uma atividade mental, enquanto o que se dá é uma atividade física, engajando de maneira indissolúvel corpo e mente. (Petit, 2008, p. 63-64)

Quando lemos, deixamos de lado as limitações da vida cotidiana, a nossa consciência cresce, se expande a ponto de realizar viagens por lugares e tempos diversos a nossa realidade, até então inimaginável. A leitura permite viver experiências impossíveis, sem precedentes, místicas, mágicas, onde se fundem corpo e mente. Esse livro oferece uma visão profunda sobre como a leitura pode ser uma ferramenta poderosa para superar dificuldades e transformar vidas, promovendo a cura emocional e a reconstrução de sentido em contextos adversos.

No capítulo de Introdução do livro, Petit discute como a leitura pode ser uma ferramenta vital para o bem-estar, especialmente em tempos difíceis. Ela cita exemplos históricos, como a importância da leitura para deportados em campos de concentração e para prisioneiros em regimes totalitários, mostrando como os livros oferecem conforto e resistência psicológica. Esses exemplos ilustram como os livros oferecem uma forma de resistência, ajudando os indivíduos a encontrar forças para sobreviver a circunstâncias extremas. Como ela trata na citação:

Para além dessas situações extremas, a contribuição da leitura para a reconstrução de uma pessoa após uma desilusão amorosa, um luto ou doença etc. – toda perda que afeta a representação de si mesmo e do sentido da vida – é uma experiência corrente, e numerosos escritores a testemunharam, como Sergio Pitol em uma entrevista que encontro na noite em que escrevo estas linhas: tendo perdido seu pai, quando era bebê, e logo depois sua mãe, com cinco anos de idade, ele fica gravemente doente; embora não pudesse mais ir à escola, a casa onde sua avó o acolheu era repleta de livros: “Minha avó lia sem parar. E eu apanhava tudo o que me caía nas mãos. [...] Com doze anos, descobri *Guerra e paz* e não fiquei mais doente. Continuo acreditando que Tolstói me salvou”. (Petit, 2008, p. 17)

A autora começa discutindo a ideia de que a leitura pode contribuir significativamente para o bem-estar, uma crença que remonta a tempos antigos. Petit menciona figuras como Primo Levi, que recitava Dante a seu amigo Pikolo, em Auschwitz, e Jean-Paul Kauffmann, que usava a lembrança de textos para superar a prisão no Líbano. A autora sugere que a leitura tem um poder reparador, capaz de ajudar as pessoas a lidar com perdas, luto, doenças e outras crises pessoais e coletivas, não era uma questão de dar significado ao que lia, não era uma questão de interpretação, mas através da leitura, esquecia do contexto vivenciado, fugia provisoriamente da realidade vivida, a questão do sentido verdadeiro do que estavam lendo era secundário (Petit, 2008, p. 16).

No primeiro capítulo, "Tudo Começa por uma Recepção", Petit enfatiza a importância do ambiente de leitura e da disponibilidade emocional do mediador. Ela

argumenta que criar um espaço acolhedor e receptivo é essencial para que a leitura se torne uma experiência prazerosa e significativa. Petit destaca que para crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade, o ato de ler deve ser apresentado como uma atividade de prazer, não de obrigação. Como a autora menciona na passagem:

Porém, no Brasil, assim como em vários lugares, não é fácil transmitir o gosto pela leitura aos adolescentes, especialmente quando eles cresceram em meios populares. Quando as animadoras de A Cor da Letra chegaram nas favelas e começaram a tirar livros da mochila, muitos jovens se decepcionaram ou ficaram desconfiados. Tais objetos eram desprovidos de sentido; esses jovens só tinham conhecido a leitura na escola, o que não lhes trazia boas lembranças: “A escola foi uma experiência sem valor”, comenta Val, “a leitura era obrigatória, imposta, aprendi apenas a memorizar os textos, o ato de ler não tinha nenhum sentido, eu só decifrava símbolos. Assim, logo anestesiiei a criatividade, a possibilidade e a capacidade de descobrir. Durante vários anos, era como a Bela Adormecida, não distinguia nada, não ouvia, nem dizia nada”. (Petit, 2008, p. 39)

Ela menciona exemplos de mediadores de leitura no Brasil que, ao introduzirem livros em comunidades marginalizadas, conseguiram transformar a percepção dos jovens sobre a leitura, tornando-a uma experiência positiva e enriquecedora, pois os espaços já não se tratavam de ambientes submetidos ao rendimento escolar, então eles se permitiam ser tocados pelas palavras.

Sobre os poderes reparadores de uma obra literária, Nuala O’Faolin escreve: “A esperança de reparar a perda encontra-se no ritmo e no tom da obra escrita, não nas palavras. O ritmo é onde o leitor pressente a sinceridade do autor, tão infalível, acredito, quanto um recém-nascido advinha se a pessoa que o carrega, o ama. O escritor e o leitor dançam em um ritmo, de acordo com a melodia [...]” (apud Petit, 2008, p. 62).

A leitura pode atuar como catalisador para a autodescoberta e a reconexão social. Petit discute exemplos concretos de como a leitura, em diferentes contextos culturais e sociais, ajudou pessoas a se reerguerem de situações adversas, promovendo a cura emocional e fortalecendo laços comunitários.

“Alguns dos jovens mediadores de A Cor da Letra lembram do reconhecimento que conquistaram, particularmente junto aos moradores do lugar onde vivem, como esta jovem: “Com esse trabalho, não sou mais uma menina qualquer nessa comunidade, sou uma referência para as crianças, quando passo na rua, todos me reconhecem””. (Petit, 2008, p. 43)

Como visto na citação, a leitura é apresentada não apenas como um ato solitário, mas como uma prática que pode unir as pessoas e criar redes de apoio mútuo.

No segundo capítulo, "Saltar para o Outro Lado", Petit discute como a literatura oferece ao leitor uma "outra realidade". A leitura proporciona um escape da realidade cotidiana e, ao mesmo tempo, uma nova perspectiva sobre ela. Petit destaca que a leitura permite que os indivíduos explorem diferentes dimensões de si mesmos e do mundo ao seu redor. Ela argumenta que a literatura pode oferecer um espaço de liberdade e criatividade, onde crianças e adolescentes podem se soltar e descobrir novas possibilidades. Esse processo de descoberta é fundamental para o desenvolvimento pessoal e emocional, especialmente em contextos de adversidade. Como descrito nesse parágrafo:

Em situações de crise, a leitura é, dessa forma, uma via privilegiada para recuperar a experiência da criança, em ambiente calmo, protetor, estético entre a sua mãe e ela, "trabalha" por meio do jogo a separação, se restabelece, e se emancipa. E isso em todas as idades.

Contudo, há ainda outra coisa. "A psique é extensa", como escreveu Freud, de maneira um tanto enigmática. E de modo decisivo, a literatura ajuda a dar forma aos lugares onde viver, a se lançar e abrir caminho". (Petit, 2008, p. 93)

Esse capítulo trata da capacidade da literatura de oferecer uma "outra realidade" para o leitor. A leitura proporcionando um escape e, ao mesmo tempo, uma nova perspectiva, permitindo que o leitor explore diferentes dimensões de si mesmo e do mundo. Conforme a citação da autora:

De fato, o que os leitores descrevem quando se referem a esse salto para fora de suas realidades cotidianas provocado por um texto não é tanto uma fuga, como é dito frequentemente, de maneira um pouco depreciativa (acreditando-se que seria mais honrável se dedicar totalmente à sua dor ou ao seu tédio), mas uma verdadeira abertura para o outro lugar, onde o devaneio, e portanto o pensamento, a lembrança, a imaginação de um futuro tornam-se possíveis. Em contextos violentos, uma parte deles já não é mais feita refém; ela escapa à lei do lugar ou aos conflitos cotidianos. (Petit, 2008, p. 76)

O terceiro capítulo, "A Simbolização e a Narrativa: Poderes e Limites", aborda como a narrativa e a simbolização ajudam a lidar com experiências dolorosas. Nesse capítulo, Petit explora como a leitura permite que as pessoas revisitem e ressignifiquem suas próprias histórias, oferecendo um caminho para a cura emocional. "Em seu país, assim como na Argentina, no México ou no Brasil,

aquelas e aqueles que animam espaços de leitura livremente compartilhada em contextos críticos observam sempre o mesmo: ler faz com que as crianças, os adolescentes, as pessoas idosas falem por si mesmos, ou uns com os outros”. (Petit, 2018, p. 103).

Ela cita exemplos de programas de leitura que ajudaram jovens e adultos a expressarem e lidarem com traumas de forma indireta. A autora destaca a importância de permitir que as pessoas encontrem nas histórias uma maneira de remendar a tristeza e de construir sentido em meio ao caos, como citado:

Vários mediadores de livro, na América Latina, dizem ficar espantados com o silêncio que reina em certas comunidades indígenas – ao menos quando estão presentes. Paulo Freire analisou essa “cultura do silêncio” que caracteriza, segundo ele, as sociedades que se tornaram dependentes e que viraram mudas. Em cada grupo humano, decifrar o silêncio é uma tarefa complexa: ele exprime um desconforto diante do que vem da cidade, uma censura para com os tempos traumatizantes da história, uma repressão da expressão dos sentimentos (fora de grandes irrupções frequentes), uma preferência dada a outros modos de simbolização, de expressão, por vias não verbais? Ou se trata do silêncio dos que não aprenderam a linguagem da subjetividade porque vivem em comunidades que, até recentemente, só conheciam o “nós”, nas quais o “eu” não tinha lugar? (Petit, 2008, p. 135)

No quarto capítulo, "Outras Sociabilidades", Petit discute como os clubes de leitura e outros espaços comunitários de leitura promovem a sociabilidade e a democracia. Ela mostra como esses espaços não apenas incentivam a leitura, mas também fortalecem os laços comunitários e promovem o diálogo. Ela argumenta que esses ambientes são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sensível, onde as pessoas podem compartilhar suas experiências e aprender umas com as outras.

Mesmo se leio sozinha no meu quarto, quando viro as páginas, quando levanto os olhos do livro, outros estão ali ao meu lado: o autor, os personagens cujas vidas ele narra ou aqueles que ele criou, se se tratar de uma ficção e talvez aqueles que o inspiram, os outros leitores do livro, de ontem e de amanhã, os amigos que dele me falaram ou a quem imagino que eu poderia recomendar. (Petit, 2018, p. 139-140)

A autora cita exemplos de programas de leitura em bairros marginalizados de Bogotá e em áreas rurais da Espanha, que ajudaram a desenvolver um senso de comunidade e de cidadania entre os participantes. Petit mostra como esses espaços não apenas incentivam a leitura, mas também fortalecem os laços comunitários e

promovem o diálogo, essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sensível. Como na citação:

Atravessamos o Atlântico e regressemos à América Latina. Os clubes de leitura aí se multiplicaram há quinze anos, no México como na Argentina, ou na Colômbia, onde se tornaram uma verdadeira moda, sem dúvida em resposta à guerra. Em todos os países, diferentes associações ou instituições foram empregadas para desenvolvê-los: assim desde 2004, Fundalectura organiza com o Ministério da Cultura um concurso, graças ao qual 250 tertúlias já foram recompensadas. Para os fundadores do projeto, a conversa era uma das ferramentas mais potentes para promover a leitura; trata-se, então, de encorajar e tornar visíveis as sociabilidades informais, que eram mantidas nas praças, nos jardins, nos cafés ou nas bibliotecas, e de reforçar os laços da população com esses equipamentos. Vivendo nas diferentes regiões do país, os candidatos são bastante diversos: professores, trabalhadores sociais, grupos de amigos, jovens cinéfilos, assim como pessoas impulsionando grupos entre detentos etc. Os ganhadores recebem uma bolsa com cerca de trinta livros (de autores latino-americanos, franceses, japoneses, de acordo com os anos), cuja chegada é frequentemente um acontecimento, algumas vezes saudado pelo prefeito... ou abençoado pelo padre. (Petit, 2008, p. 158-159)

No quinto capítulo, "Quais Leituras?", Petit explora a variedade de leituras que podem ser oferecidas e como diferentes tipos de textos têm o poder de resgatar e reparar emocionalmente os leitores. Ela argumenta que a escolha dos mediadores é crucial e que eles devem ser apaixonados pela leitura e atentos às necessidades e interesses dos leitores. A autora destaca a importância de renovar constantemente o interesse pelas diferentes formas de literatura, incluindo mitos, poesias, romances, histórias em quadrinhos e contos. Ela menciona como até mesmo textos considerados "menores", como romances policiais e histórias em quadrinhos, podem ter um poder reparador significativo. A autora nessa passagem, chega à conclusão de que independente do estilo de leitura, todos os textos têm o seu valor, e às vezes a leitura passa ser um meio de sobrevivência:

Entendamos: não ponho no mesmo plano Balzac e as histórias em quadrinhos (ainda que haja algumas delas belíssimas), não digo que toda leitura de "lazer" vise hoje compensar as loucuras que se conheceu em família, ou reparar a vida. A leitura é uma atividade muito complexa, que não poderia ser reduzida a um aspecto, seja esse ou qualquer outro. Por meio desses exemplos, eu queria apenas chamar atenção para o fato de que, lendo com frenesi obras variadas, muitos leitores se dedicam na realidade a uma atividade vital, mesmo que não estejam conscientes disso. O que não os impede de também encontrar prazer, distração, informações, assuntos de conversa, algumas ideias que apurem seu espírito crítico, e de tempos em tempos, de se encantar com uma escrita, serem tocados por um estilo, sensibilizados por um ritmo. (Petit, 2008, p. 183)

No sexto capítulo, "Ler, Escrever, Desenhar, Dançar", a autora trata da interconexão entre a leitura e outras formas de expressão artística (ler, escrever, desenhar e dançar). Ela argumenta que a leitura, combinada com a escrita, o desenho e a dança, pode ajudar a construir um corpo cultural alternativo ao corpo guerreiro, promovendo a paz e a criatividade. A leitura está no centro dos programas que eles desenvolvem, mas há diferentes modos de fazer isso: uma parte deles dedica inteiramente o tempo dos encontros a essa atividade e às trocas orais que ela suscita, outros bastante numerosos, intercalam leitura e escrita, vistas como "dois momentos inseparáveis de um mesmo processo", para falar como Paulo Freire, alguns alternam, ou combinam, a leitura, a escrita e outras práticas, visitas a museus, teatro, músicas, dança, realização de obras gráficas e audiovisuais etc. (Petit, 2008, p. 214-215).

Petit destaca como essas práticas integradas podem ajudar os indivíduos a encontrar um novo sentido de felicidade e realização. Ela menciona programas em que adolescentes escrevem e desenharam como forma de expressar suas experiências e emoções, mostrando como essas atividades podem ser terapêuticas e transformadoras. É o que argumenta a autora na passagem:

Por meio do desenho, da ilustração relacionada aos contos, da reescrita de relatos lidos, da criação de histórias próprias, esses adolescentes adquiriram confiança em si mesmos, descobriram-se sujeitos capazes de criar e de sonhar. Ao propor ferramentas que permitem construir, pouco a pouco, um corpo cultural como alternativa ao corpo do guerreiro, aquelas e aqueles que impulsionaram essa oficina abriram aos participantes uma possibilidade de ter com o mundo uma relação que não seja apenas predação, de domínio ou mesmo de utilidade. Maturação psíquica evidentemente suscetível de conhecer todas as regressões, ao sabor dos acasos da vida dura que os espera na saída. Nada pode ser considerado definitivamente ganho, sobretudo em contextos tão conflituosos, onde a segregação social é tão violenta. E o mediador só pode dar o que ele tem, não pode reparar as desordens e as desigualdades do mundo, nem lá e nem aqui. (Petit, 2008, p. 239)

No sétimo capítulo, "Leitura e Exílio", a autora traz alguns relatos de experiências vividas no exílio, relatos como o de Samir, cujo os pais tiveram que trocar a Tunísia, seu país de origem, pelo leste da França, o adolescente não conseguia achar um lugar para se sentir realmente parte, não conseguia encontrar o sentimento de pertencimento, e através de uma bibliotecária que lhe dava conselhos e de alguns livros indicados por ela, ele encontrou a hospitalidade que precisava para alimentar a fantasia de que um dia poderia fazer morada naquele lugar seguro, em que os livros lhe apresentara. Também retrata a história de Chritine e Martin

Winkler, que também tiveram que deixar a terra onde nasceram e percorrer o mundo, buscando um lugar seguro para viver. “A leitura é meu país, nada me falta quando leio. O tempo desaparece. E eu não dependo de ninguém para isso” (Petit, 2008, p. 248).

Nesse capítulo, Petit revela algumas de suas convicções, a principal delas é a que foi retratada no primeiro capítulo da obra, a importância-chave da recepção. E além disso, sugere que os ambientes de leitura, particularmente as bibliotecas, não apresentem uma seleção de obras com fundo monolítico, mas ofereçam espaço para a multiplicidade de culturas, para que possam atender a diversidade de pessoas em um contexto coletivo. Demonstrado na citação:

De modo muitas vezes insólito, ler permitiria assim a uma parte deles construir um país interior que deviam apenas a si mesmos, construir pontes entre episódios, entre culturas que guerreavam entre si, dar um pouco de continuidade a um percurso; mas igualmente dar saltos, descolar-se da origem, inscrever-se em uma história e, ao mesmo tempo, realizar mutações em relação ao que viveram seus ancestrais. Desidentificar-se em relação às designações sociais, comunitárias, familiares. E se apropriar de uma cultura a priori estrangeira em vez de considerá-la um domínio hostil. Os achados que eles encontravam na biblioteca abriam para outros círculos que não o dos parentes, da localidade ou da “etnia”, e eles se alegravam de aceder a um mundo ampliado.

Todas essas coisas eram insuficientes para compensar as exclusões e reclusões de que eles eram objeto, mas lhes permitiam resistir melhor a elas. (Petit, 2008, p. 259-260)

O capítulo oitavo, “A Escola e a Biblioteca na Linha de Frente”, trata de mais uma das contribuições que os mediadores realizam dentro dos grupos de leitura, a reconciliação com a escrita e aprendizado desses grupos ditos “sensíveis”. Longe da sanção por nota, classificação e avaliação formal, os jovens de bairros marginalizados de Bogotá, “reivindicam espaços significativos de escrita, de natureza extraescolar, nos quais não haja avaliação formal. Oficinas, seminários, encontros de jovens escritores” (Petit, 2008). E ainda ressalta a importância da biblioteca como espaço cultural, mesmo que sendo no interior da escola:

Mesmo no interior da escola, a biblioteca deveria ser um espaço cultural, mais do que um complemento didático, para dar lugar a percursos singulares, a achados imprevistos (em particular no caso de quem pode ter acesso a uma biblioteca familiar). Ela não deveria estar a serviço apenas da pedagogia, mas se afirmar como um “espaço de não obrigação no interior da obrigação”, para retomar a fórmula de Ani Siro. Claro, isso não significa não trabalhar mais com os professores, mas, pelo contrário, propiciar que se conheçam e inventar outras abordagens, pois, um pouco por toda parte, a regra é o desconhecimento mútuo: muitos bibliotecários imputam aos professores o pouco gosto que os adolescentes teriam pela leitura, ao

passo que muitos professores ignoram aqueles que dão vida às bibliotecas e aos centros de documentação, ou os veem como meros técnicos. (Petit, 2008, p. 274)

Na conclusão da obra, Petit enfatiza o direito à literatura e o seu papel primordial na construção de um desvio vital e necessário para resistir à adversidade. Petit como Candido, defende que a literatura e a arte não são luxos, mas necessidades básicas para uma vida plena e resiliente. Como argumenta na passagem:

Desvio vital, que conduz a vias desconhecidas, em ruptura com a situação de cada um, recoloca em movimento o desejo, permite recarregar o coração, reencontrar sob as palavras, emoções secretas compartilhadas, um pano de fundo de sensações, um laço com a infância; e que torna a movimentar o pensamento. É, então, um esquecimento temporário da dor, do medo ou da humilhação que se torna possível. Quase uma conjuração. Um local de acolhida é igualmente encontrado: os livros lidos são moradas emprestadas onde é possível se sentir protegido e sonhar com os outros futuros, elaborar uma distância, mudar de ponto de vista. Para além do caráter envolvente, protetor, habitável, da leitura, uma transformação das emoções e dos sentimentos, uma elaboração simbólica da experiência a vivida tornam-se, em certas condições, possíveis. (Petit, 2008, p. 284)

A autora argumenta que a leitura pode ajudar a manter a dor e o medo à distância, transformando a agonia em um despertar de ideias e permitindo que as pessoas reencontrem a alegria. “O desvio é vital quando se trata de contornar a dor ou o medo, de ser astuto com eles mais do que abordá-los de frente...”. A autora conclui que os livros lidos ajudam a expandir as possibilidades de vida, oferecendo uma saída dos caminhos pré-moldados e um respiro em momentos de crise.

Michèle Petit oferece, em *A arte de ler ou como resistir à adversidade*, uma visão profunda e rica sobre como a leitura pode ser uma ferramenta poderosa para superar dificuldades e transformar vidas. Seu trabalho destaca a importância da leitura na construção de um mundo interior e na promoção da criatividade, da resistência emocional e da solidariedade comunitária. Em um mundo cada vez mais marcado por crises e adversidades, a leitura emerge como uma prática essencial para a sobrevivência e o florescimento humano.

Por diversas vezes o educador brasileiro Paulo Freire é citado como referência na obra de Michèle Petit, considerando que os dois autores são influentes no campo da educação e leitura, e apesar de suas abordagens distintas, há algumas semelhanças importantes entre suas teorias pedagógicas, como na citação de Petit que faz referência ao enfoque das convicções dos mediadores:

As posições e as referências teóricas de uns e outros diferem, porém mais de um faz referência aos “círculos de cultura”, incentivados por Paulo Freire. Esse educador se preocupava em organizar a população em lugares onde pudesse discutir e analisar a realidade que a cercava, e elaborar projetos para transformá-la: era aí que a alfabetização ganhava sentido. (Petit, 2008, p. 142-143)

Freire destaca a importância da leitura crítica do mundo, onde a leitura não é apenas decodificação de palavras, mas uma prática de liberdade e de compreensão crítica da realidade. A educação, para Freire, deve ser um processo dialógico onde educadores e educandos aprendem juntos, questionando e transformando a realidade. Ele sempre enfatiza a importância de contextualizar a leitura nas experiências e realidades dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e relevante.

Petit também vê a leitura como uma prática social e cultural que vai além da decodificação de textos, sendo uma forma de construir sentido e identidade. Ela destaca a importância dos espaços de leitura bibliotecas, escolas etc. como locais de encontro, troca e construção de comunidade. A leitura é vista como um meio de empoderamento individual e coletivo, permitindo que os leitores compreendam e questionem suas realidades.

Ambos veem a leitura como uma ferramenta crítica que pode transformar a percepção da realidade e, conseqüentemente, a própria realidade. Tanto Freire quanto Petit ressaltam a importância de relacionar a leitura com a realidade e a experiência do leitor, tornando o processo mais significativo. Para ambos, a educação e a leitura são práticas de liberdade, capacitando os indivíduos a questionar, compreender e transformar suas realidades. Ambos veem a leitura como um ato social, seja no contexto do diálogo pedagógico de Freire ou nos espaços de leitura e encontro de Petit.

Essas semelhanças demonstram uma visão compartilhada de que a leitura vai além da mera decodificação, sendo um processo profundo de interação com o mundo, fundamental para o desenvolvimento crítico e emancipador dos indivíduos.

Tanto Antonio Candido como Michèle Petit são dois importantes teóricos que abordam a leitura de maneiras complementares. E apesar de suas diferenças culturais e contextuais, suas obras apresentam algumas semelhanças importantes. Antonio Candido, em seu ensaio "O Direito à Literatura", argumenta que a literatura é um direito fundamental do ser humano, essencial para a formação da consciência

crítica e para a plena cidadania. Petit também vê a leitura como um direito essencial, especialmente em contextos de adversidade. Ela acredita que a leitura pode proporcionar conforto, identidade e um senso de pertença, sendo vital para o desenvolvimento humano. Candido acredita que a literatura tem o poder de transformar os indivíduos, proporcionando uma experiência estética que enriquece a vida emocional e intelectual das pessoas, enquanto Petit considera o papel transformador da leitura na vida das pessoas, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Para ela, a leitura pode ajudar os indivíduos a se reconectar com suas emoções e a encontrar sentido em suas vidas, enquanto Cândido ressalta que a literatura tem uma função social, promovendo a reflexão sobre a condição humana e as injustiças sociais, acreditando que a literatura pode fomentar a empatia e a solidariedade e que o acesso à literatura deve ser mediado por educadores e instituições culturais, que podem ajudar a tornar a leitura uma prática acessível e significativa para todos.

Petit enfatiza a importância dos espaços de leitura comunitários, como bibliotecas e centros culturais, que promovem o encontro, a troca de experiências e a construção de comunidade. Ela vê a leitura como uma prática social que pode fortalecer os laços comunitários. Também vê a mediação como crucial, destacando o papel dos bibliotecários, professores e mediadores de leitura na promoção do hábito de ler e na criação de ambientes acolhedores para a leitura.

Embora Antonio Candido e Michèle Petit venham de contextos diferentes e tenham abordagens distintas, ambos compartilham a visão de que a leitura é fundamental para o desenvolvimento humano, social e cultural. Eles veem a leitura como um direito humano essencial, uma prática transformadora e uma ferramenta vital para enfrentar adversidades e construir uma sociedade mais justa e empática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, foi possível verificar, a partir da leitura da obra de Michèle Petit, o poder e os inúmeros benefícios que a prática da leitura pode nos oferecer como uma ferramenta poderosa para superar dificuldades e transformar vidas. Sou ciente que a leitura não salvará o mundo, nem vai tornar os leitores pessoas perfeitas, mas sempre haverá situações onde a leitura literária levará conforto, alento, resistência, enfrentamento e será uma forma de transgredir as adversidades. “Ter familiaridade com a leitura, assim como com a escrita, não é suficiente e não garante nada; mas quem está distante dela corre todos os riscos de ficar fora do jogo” (Petit, 2008, p. 287-288).

Após análise da obra de Michèle Petit, percebo a dimensão da importância da leitura para a construção de um mundo interior e o despertar da criatividade, da resistência emocional e da solidariedade comunitária. Em um mundo cada vez mais marcado por crises e adversidades, a leitura surge como uma prática essencial para a sobrevivência e o florescimento humano. Em um mundo cada vez mais desafiador, a leitura emerge como uma prática vital para a superação das dificuldades e a transformação pessoal. A obra de Petit nos convida a refletir sobre o valor intrínseco da literatura e da arte como fontes de força, cura e resistência em tempos de crise.

Ao realizar o levantamento da problemática para investigação da pesquisa, quais são os sentidos atribuídos à prática da leitura literária por leitores em contexto de adversidade expressos na obra de Michèle Petit? Considerando que após análise da obra de Petit, cheguei à conclusão de que a leitura representa muito mais do que uma atividade de lazer ou distração, em muitas situações a leitura é o consolo do luto, ou da distância, é refúgio para aqueles que estão longe da pátria, cria sentido em um ambiente sem oportunidades, é um despertar diante das desigualdades e injustiças, uma reconstrução de si mesmos e o reforço da autonomia perdida.

Dessa maneira, considero que o objetivo geral da pesquisa, de compreender o papel da leitura literária na reconstrução do indivíduo e na resistência às adversidades, por meio da análise da obra de Michèle Petit, foi alcançado, tendo em vista que todos os objetivos específicos do estudo que foram propostos, foram realizados ao longo da pesquisa: a) Investigar a relação entre educação, literatura e formação humana, buscando compreender como a literatura contribui para o

desenvolvimento integral do indivíduo. b) Compreender a literatura como um direito humano, a partir das perspectivas de Antonio Candido. c) Estudar a obra de Michèle Petit para compreender sua visão sobre a leitura literária e como ela influencia a reconstrução do indivíduo diante de adversidades. d) Analisar as sociabilidades permitidas pela leitura literária em contextos desafiadores.

Um dos relevantes objetivos estabelecidos na pesquisa foi a análise das sociabilidades permitidas pela leitura literária. A leitura acaba funcionando como um catalisador para a interação social e o desenvolvimento pessoal. Algumas das sociabilidades permitidas pela leitura literária incluem a sociabilidade individual, reflexão e autoconhecimento. A leitura de obras literárias proporciona momentos de introspecção, permitindo que os leitores reflitam sobre suas próprias vidas, valores e emoções. Ao se colocar no lugar de personagens variados, os leitores podem desenvolver uma maior compreensão e empatia em relação às experiências e sentimentos de outras pessoas.

A sociabilidade interpessoal, através de discussões literárias, quando realizamos a leitura de um mesmo livro, pode servir de base para conversas e debates, promovendo a troca de ideias e perspectivas entre os leitores. Os clubes de leitura, por meio de grupos por adesão, reúnem pessoas com interesses literários comuns, criando um espaço para a socialização e o fortalecimento de laços sociais, através de encontros regulares.

A sociabilidade educacional, em ambientes acadêmicos, em escolas e universidades, ocorre por meio da leitura literária que é frequentemente utilizada como ferramenta de ensino, incentivando discussões e análises que enriquecem o conhecimento coletivo dos alunos. Os *workshops* e seminários em eventos focados em literatura oferecem oportunidades para aprender com especialistas e compartilhar experiências literárias.

A sociabilidade cultural ocorre, por exemplo, em festivais literários, que reúnem escritores, leitores, críticos e entusiastas da literatura, promovendo a interação entre diferentes culturas e tradições literárias. Em eventos de autógrafos e lançamentos de livros, a interação direta com autores permite aos leitores aprofundar seu entendimento sobre as obras e o processo criativo.

A sociabilidade virtual acontece através de comunidades online, fóruns, blogs e redes sociais dedicadas à literatura e que permitem que leitores de diferentes partes do mundo se conectem e compartilhem suas experiências e

opiniões sobre livros. Ocorrem também em plataformas de leitura social, em aplicativos e *websites* que permitem compartilhar progressos de leitura, resenhas e recomendações que promovem uma forma moderna de interação literária. Essas sociabilidades enriquecem a experiência de leitura, tornando-a uma atividade não apenas solitária, mas também profundamente conectada com a sociedade e com outros indivíduos.

Em 2018, eu assisti a um filme muito interessante chamado *A Sociedade Literária e a Torta de Casca de Batata*, baseado no romance epistolar de Mary Ann Shaffer e Annie Barrows. A história se passa logo após a Segunda Guerra Mundial e segue Juliet Ashton, uma escritora londrina em busca de seu próximo projeto literário. Ela recebe uma carta de um dos membros desse grupo e acaba descobrindo um clube de leitura muito peculiar na ilha de Guernsey, chamado "A Sociedade Literária e a Torta de Casca de Batata", formado durante a ocupação alemã.

Muito curiosa, Juliet viaja até Guernsey e conhece os membros do clube, cada um com suas próprias histórias e cicatrizes de guerra. À medida que Juliet se aproxima dos habitantes e descobre os segredos da ocupação, ela se vê envolvida em uma história de amor, amizade e resistência. Esse filme aborda temas de superação, o poder da literatura para unir pessoas, a busca por identidade, pertencimento e resistência. Quando uma pequena comunidade se reúne para ler e debater alguns livros, transformando as vidas uns dos outros, acolhendo as dores, os traumas sofridos na guerra e como única fonte de distração e lazer, permanecem os livros como o conforto necessário para superar e enfrentar aquele trágico momento vivenciado. Depois de assistir esse filme, eu fiquei motivada a entender o poder que a leitura tem no resgate das pessoas. A partir do desenvolvimento da pesquisa, foi-se confirmando em mim uma convicção dessa verdade, baseada nas pesquisas, análises e relatos de Michèle Petit ao longo da sua obra.

Por muito tempo eu enxerguei os livros e a leitura como sinônimo de dever, uma obrigação a se fazer, o que me levaria ao aprendizado, mas hoje, com a maturidade e a pesquisa realizada, vejo que existem provas suficientes de que a ação de ler vai muito além disso. Com a conclusão deste trabalho, percebo a importância do conhecimento sobre a leitura de mundo, que tão sabiamente Paulo Freire pregou em sua obra, uma leitura criadora de sentidos, que permite estabelecer relações com a vida do leitor.

Percebi o que a leitura poderia representar para as pessoas, estudando o trabalho realizado por Michèle Petit. Considero o assunto merecedor de novas pesquisas e estudos que possam contribuir para reflexões a todos aqueles que estão envolvidos no processo de aprendizado e conhecimento sobre o espaço entre leitura e livro. Na conclusão do livro *A Arte de Ler ou como Resistir à Adversidade*, Petit esclarece qual a mensagem os mediadores tentam transmitir: “É isso, me parece, o que os mediadores de livros e histórias tentam transmitir às crianças de Bahía Blanca, de Medellín ou de outros lugares, a despeito da realidade tão difícil que eles conhecem: a literatura não é uma experiência separada da vida; a literatura, a poesia e a arte estão também na vida; é preciso prestar atenção” (Petit, 2008, p. 292).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Odílio. Condição Humana e Educação em Hannah Arendt, **Educ. e Filos.**, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 23-42, jul./dez. 2008. Disponível em: [https://www.uv.mx/personal/jmercon/files/2011/08/cond\\_hum\\_educ\\_2008.pdf](https://www.uv.mx/personal/jmercon/files/2011/08/cond_hum_educ_2008.pdf). Acesso em: 14 ago. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. **Institui a Política nacional de Leitura e Escrita**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 de julho de 2018. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113696.htm). Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

BRASIL. Lei nº. 14.407, de 12 de julho de 2022. **Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 de julho de 2022. Disponível: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei-14407-2022-07-12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 9 jun.2023.

BRASIL no PIRLS 2021: **Análise dos resultados da compreensão leitora dos estudantes do 4º ano do ensino fundamental**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. 112 p.: il.

CANDIDO, Antonio. **A Literatura e a formação do homem**. São Paulo: Ciências e Cultura, USP, 1972.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CÉSAR, M. R. A. Duarte, A. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 823-837, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YMs8cSfDfkzp7rRdmbBQgfN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

COSTA JÚNIOR et al, Os Impactos da leitura na cognição e no desenvolvimento do pensamento crítico. **RECHSO - Revista Educação, Humanidades e Ciências**

**Sociais**, v. 7, n. 14, p. 1-24, 2023. Disponível em:  
<https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/article/view/106/108>.  
Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

DURÃO, Fabio Akcelrud. O que aconteceu com a Teoria? In: CECHINEL, André (org.). **O lugar da teoria literária**. Florianópolis: EdUFSC; Criciúma: Ediunesc, 2016a. p. 13-27.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **O que é crítica literária**. São Paulo: Nankin Editorial; Parábola editorial, 2016b.

DURÃO, Fabio Akcelrud. Da intransitividade do ensino de literatura. In: CECHINEL, André; SALES, Cristiano de (org.). **O que significa 'ensinar' literatura?** Florianópolis; Criciúma: Edufsc; Ediunesc, 2017. p. 15-29.

FELTRE, Camila. **Experiências com livros que exploram a sua materialidade: mediações e leituras possíveis**. 2015. 295 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/132012>. Acesso em: 9 jun. 2023.

FONTES, Nathalia Soares; SANTOS, Fabiano Antônio, A ausência da literatura na base nacional comum curricular para o ensino médio. **Revista Tempos e Espaços na Educação**, v. 13, n. 32, e – 14395, jan. / dez. 2020. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32.14395>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, Coleção Leitura.

FRITZEN, Celdon. “O direito à literatura” trinta anos depois. **Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Universidade Federal do Espírito Santo, n. 35, p. 78-95, Vitória, 2019/1. Disponível em:  
<https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/23018/15551>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução** / Terry Eagleton; tradução Waltensir Dutra; [revisão da tradução João Azenha Jr.]. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, (Biblioteca Universal).

ECKHARDT, Gisele Arruda. **O resgate do encantamento: a ressignificação da prática de leitura através da contação de histórias**. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Letramentos) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019. Disponível em:  
<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14484/1/Gisele%20Arruda%20Eckhardt%2081%29%20-%202019.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, T.C.S de; Mioto, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, Florianópolis, v. 10, spe, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dKTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2023.

LITERATURA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/literatura/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Educação Social e relações com especificidades socioeducativas. In: **Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social IV Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2012, São Paulo (SP, Brasil) [online]. 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3914/2391>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MULLIS, Ina V. S. **PIRLS 2021: fundamentos teóricos** [recurso eletrônico] / Ina V. S. Mullis, Michael O. Martin (Ed.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

NOVELLI, Pedro Geraldo. O conceito de Educação em Hegel, *Interface - Comunic, Saúde, Educ* **9**, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/sC8FRpKHFHshKfkJcwZC3ji/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: 34, 2009.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: 34, 2008.

RIBEIRO, V. M. **Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa**. *Educação & Sociedade*, v. 18, n. 60, p. 144-158, dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pH848XC5hFCqph7dGWXrCz/#>. Acesso em: 08 de março de 2024.

SÁ, Jéssica Patrícia Silva de. **Aspectos simbólicos da prática da leitura literária em contextos de adversidade**. 2022. 226 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41428/2/TESE\\_J%c3%a9ssica%20Patr%c3%adcia%20Silva%20de%20S%c3%a1.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41428/2/TESE_J%c3%a9ssica%20Patr%c3%adcia%20Silva%20de%20S%c3%a1.pdf). Acesso em: 6 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval, 1944 - **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Odair Vieira da; VIEIRA, Cláudia Konstansky. A relação humana com o mundo e a educação: uma análise sobre os conceitos de Hannah Arendt. **Revista Científica Eletrônica da Pedagogia**, Ano XVI – Número 28 – janeiro de 2017 – Periódico Semestral. Disponível em: [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/Y2tulQrn26g3EkJ\\_2018-3-17-11-32-59.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Y2tulQrn26g3EkJ_2018-3-17-11-32-59.pdf). Acesso em: 14 ago. 2021.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Liliâne Vanilde de. **Vivências com o ato de ler na/para além da esfera escolar**. 2017. 305 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182809/349639.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, n. 10, p. 117-124, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.